

**FRANCICLEBER MEDEIROS DE SOUZA**

**EVOLUÇÃO POLÍTICA E ORGANIZACIONAL DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL**

**Orientador: Leonardo Manuel das Neves Rocha**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2014**

**FRANCICLEBER MEDEIROS DE SOUZA**

**EVOLUÇÃO POLÍTICA E ORGANIZACIONAL DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL**

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação no Curso de Mestrado em Ciências da Educação conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Leonardo Manuel das Neves Rocha

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Instituto de Educação**

**Lisboa**

**2014**

## EPÍGRAFE

*Queria transformar meus sonhos  
Em planificações arquitetadas  
Fazer da vida um realizar  
Das mais lindas sementes plantadas*

*Construindo um mundo melhor para todos  
Em que se pudesse viver em harmonia  
Sendo assim, vivo a plantar  
Na esperança de colher flores e alegria*

*Quem dera valesse da minha alquimia  
Fazer da pedra bruta um lindo lapidar  
Num compasso místico de magia  
Realizar os sonhos e em poesia saborear*

*Francicleber Medeiros de Souza*

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho às Ciências Sociais através desta produção de conhecimento científico que dará subsídios para reflexão e a práxis educativa. Também dedico a todas as pessoas que sonham com uma sociedade melhor, com a prestação de serviços públicos de qualidade, bem como, todos aqueles cidadãos que tanto necessitam de uma educação pública de qualidade, em busca de um futuro melhor.

## **AGRADECIMENTOS**

Inicialmente quero agradecer a Deus pela força de vontade, inspiração e por iluminar meus caminhos até chegar ao cumprimento de mais esta jornada da minha peregrinação e evolução pessoal.

Presto meus agradecimentos à Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (ULHT) que abriu suas portas e expandiu seus horizontes para possibilitar esta minha formação de Mestre e pela oportunidade de conquistar o desenvolvimento acadêmico através deste curso, onde pude ampliar os conhecimentos e me qualificar para, oportunamente, buscar multiplicar os aprendizados adquiridos.

Agradeço também a todos os Professores do curso que se empenharam para a realização deste curso tão importante, e em especial, àqueles que se empenharam no papel de educador na minha trajetória e ao meu orientador, o Doutor Leonardo Manuel das Neves Rocha.

Minha gratidão, enfim, aos meus pais que tanto abdicaram para investir na minha formação educacional desde os primeiros anos de vida e que me deram a oportunidade de trilhar os meus próprios passos e a sabedoria para desenhar a minha própria história.

## RESUMO

Esta dissertação apresenta uma investigação sobre a evolução política e organizacional da educação básica pública no Brasil, e teve como objetivo identificar estes avanços a partir da constituição federal de 1988 até o ano de 2014, com a análise histórica do arcabouço legal e da estrutura e funcionamento da educação básica pública. Foi empregado o método qualitativo através de uma pesquisa descritiva. Os procedimentos foram realizados através de pesquisas bibliográficas e documentais, tendo como universo o Sistema Educacional Brasileiro e como amostra a Educação Básica Pública no Brasil. Quanto às análises de conteúdo foram selecionados os temas e agrupados em tópicos da pesquisa e posteriormente abordados de forma descritiva para subsidiar as análises realizadas. Dentre os resultados, identificou-se que a Constituição Federal e a LDBEN foram os marcos legais do sistema educacional, e que o período de maiores avanços na política e organização da educação foram entre os anos 2006 e 2007, também se estendendo para os anos 2010 e 2011, tendo como destaque o PDE como impulsionador das estratégias e políticas públicas e a criação do FUNDEB, Programa Mais Educação e o IDEB como instrumento de monitoramento e avaliação em busca da qualidade da gestão no sistema educacional. Foi possível perceber através desta investigação que houve evolução política e organizacional na educação básica pública no Brasil, no entanto, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados e superados, necessários na busca pela qualidade na dos serviços educacionais na gestão pública, para atender as novas demandas sociais e os desafios a elas atrelados.

**Palavras-chave:** Educação, Políticas Públicas, Programas de Governo, Monitoramento e Avaliação, Educação Básica, Sistema Educacional.

## **ABSTRACT**

This work presents an investigation into the political and organizational evolution of public basic education in Brazil, and aimed to identify these advances from the federal constitution of 1988 until the year 2014, with the historical analysis of the legal framework and the structure and functioning public basic education. We used the qualitative method through a descriptive research. The procedures were performed through bibliographic and documentary research, with the universe Sistema and sampled the Public Basic Education in Brazil. As for content analysis and grouped the subjects were selected on the research topics and subsequently addressed in a descriptive way to support the analyzes. Among the results, it was identified that the Federal Constitution and the LDBEN were the legal framework of the educational system, and that the period of greatest advances in policy and organization of education were between 2006 and 2007, also extending for the years 2010 and 2011, with the highlight the PDE as a driver of public strategies and policies and the creation of FUNDEB, More Education Program and the IDEB as monitoring and evaluation instrument in search of quality management in the educational system. It could be observed through this research that there was political and organizational change in public basic education in Brazil, however, there are still many challenges to be faced and overcome, necessary in the search for quality in the educational services in public administration, to meet the new demands social and challenges linked to them.

**Keywords:** Education, Public Policy, Government Programs, Monitoring and Evaluation, Basic Education, Educational System.

## LISTA DE SIGLAS

<b>ANA</b>	AVALIAÇÃO NACIONAL DA ALFABETIZAÇÃO
<b>ANEB</b>	AVALIAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA
<b>ANRESC</b>	AVALIAÇÃO NACIONAL DO RENDIMENTO ESCOLAR
<b>BNDES</b>	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
<b>CONAE</b>	CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO
<b>EAD</b>	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
<b>EJA</b>	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
<b>ENCCEJA</b>	EXAME NACIONAL DE CERTIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DE JOVENS E ADULTOS
<b>ENEM</b>	EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO
<b>ESF</b>	EQUIPE SAÚDE DA FAMÍLIA
<b>E-TEC</b>	EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA TECNOLÓGICA
<b>FNDE</b>	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
<b>FUNDEB</b>	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO
<b>FUNDEF</b>	FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
<b>IBGE</b>	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
<b>IDEB</b>	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
<b>IFET</b>	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
<b>INEP</b>	INSTITUTO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA
<b>IPEA</b>	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICAS E APLICADAS
<b>LDBEN</b>	LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
<b>MEC</b>	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
<b>NASF</b>	NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA
<b>NTE</b>	NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
<b>OCDE</b>	ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

<b>PAR</b>	PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS
<b>PCN</b>	PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS
<b>PDDE</b>	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA
<b>PDE</b>	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
<b>PETI</b>	PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
<b>PIB</b>	PRODUTO INTERNO BRUTO
<b>PISA</b>	PROGRAMA INTERNACIONAL DE AVALIAÇÃO DE ALUNOS
<b>PME</b>	PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO
<b>PNAE</b>	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
<b>PNATE</b>	PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR
<b>PNBE</b>	PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECA NA ESCOLA
<b>PNE</b>	PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
<b>PROEMI</b>	PROGRAMA ENSINO MÉDIO INOVADOR
<b>PROINFANCIA</b>	PROGRAMA NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A REDE ESCOLAR PÚBLICA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
<b>PROINFO</b>	PROGRAMA NACIONAL DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL
<b>PRONACAMPO</b>	PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NO CAMPO
<b>PRONATEC</b>	PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO
<b>PSE</b>	PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA
<b>PSF</b>	PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA
<b>PSPN</b>	PISO SALARIAL NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
<b>SAEB</b>	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
<b>UNESCO</b>	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

## ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	12
1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL DE 1988 A 2014.....	16
1.1    A EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL.....	17
1.2    DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL.....	19
1.3    PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN'S).....	20
1.4    PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE).....	22
1.5    PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE).....	24
2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	26
2.1    ETAPAS.....	27
2.1.1    Educação Infantil.....	27
2.1.2    Ensino Fundamental.....	28
2.1.3    Ensino Médio.....	30
2.2    MODALIDADES.....	32
2.2.1    Educação Especial.....	32
2.2.2    Educação Profissional.....	34
2.2.3    Educação à Distância.....	34
2.2.4    Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	35
2.2.5    Outras Modalidades Complementares.....	36
2.3    PROGRAMAS DE GOVERNO.....	37
2.3.1    Programa Mais Educação (PME).....	37
2.3.2    Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI).....	37
2.3.3    Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE).....	38
2.3.4    Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	39
2.3.5    Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).....	40
2.3.6    Programa Saúde na Escola (PSE).....	40
2.3.7    Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO).....	41
2.3.8    Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).....	42
2.3.9    Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO).....	43
2.3.10    Programa Atleta na Escola.....	43
2.3.11    Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE).....	43
2.3.12    Programa Formação pela Escola.....	44

2.3.13	Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) .....	45
2.4	FINANCIAMENTOS .....	45
2.4.1	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) .....	45
2.4.2	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) .....	46
2.4.3	Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) .....	46
2.4.4	Piso Nacional dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN) .....	47
2.5	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....	47
2.5.1	Monitoramento e Avaliação Externa .....	47
2.5.1.1	PISA .....	47
2.5.2	Monitoramento e Avaliação Interna .....	49
2.5.2.1	INEP .....	49
2.5.2.2	SAEB .....	52
2.5.2.3	IDEB .....	53
2.5.2.4	Provinha Brasil .....	55
2.5.2.5	Prova Brasil .....	56
2.5.2.6	Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) .....	57
3.	PERCURSOS DA PESQUISA .....	59
3.1	PROBLEMA DE PARTIDA .....	60
3.2	OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS .....	60
3.3	MÉTODO EMPREGADO .....	61
3.4	PROCEDIMENTOS REALIZADOS .....	61
4.	ANÁLISE DOS RESULTADOS .....	63
	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	67
	REFERÊNCIAS .....	68
	APÊNDICE .....	I
	APÊNDICE 01 .....	II
	ANEXO .....	III
	ANEXO 01 .....	IV

## ÍNDICE DE QUADROS

<b>Quadro 1.</b> Organização do Ensino Fundamental em anos iniciais e finais. ....	29
<b>Quadro 2.</b> Metas projetadas do PISA de 2015-2021 para o Brasil. ....	48
<b>Quadro 3.</b> Comparativo dos resultados do PISA no Brasil de 2000 a 2012. ....	49
<b>Quadro 4.</b> Quantidade de estabelecimentos na Educação Básica Pública no Brasil em 2013. ....	50
<b>Quadro 5.</b> Total de matrículas na Educação Básica Pública em diferentes níveis federativos em 2013. ....	50
<b>Quadro 6.</b> Percentual médio dos rendimentos de Aprovação, Reprovação e Abandono Escolar no Ensino Fundamental e Médio em diferentes níveis federativos em 2013 no Brasil.....	51
<b>Quadro 7.</b> Média de alunos por turma na Educação Básica Pública em 2013 no Brasil. ....	51
<b>Quadro 8.</b> Razão da Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental e Médio em 2013 no Brasil. ....	52
<b>Quadro 9.</b> Quantidade de professores da Educação Básica Pública em 2013 no Brasil. ....	52
<b>Quadro 10.</b> Resultados do SAEB em 2011 no Brasil.....	53
<b>Quadro 11.</b> Projeção de metas para o IDEB de 2015-2021 no Brasil.....	54
<b>Quadro 12.</b> Resultados do IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil de 2005 a 2013. ....	54
<b>Quadro 13.</b> Resultados do IDEB para os Anos Finais do Ensino Fundamental no Brasil de 2005 a 2013. ....	54
<b>Quadro 14.</b> Resultados do IDEB para Ensino Médio no Brasil de 2005 a 2013. ....	55
<b>Quadro 15.</b> Resultados da Prova Brasil por níveis federativos na rede pública em 2011.....	57
<b>Quadro 16.</b> Médias de desempenho no ENEM em diferentes níveis em 2013.....	57
<b>Quadro 17.</b> Notas máximas e mínimas no ENEM de 2013 no Brasil.....	58
<b>Quadro 18.</b> Procedimentos de análise de conteúdo.....	II
<b>Quadro 19.</b> Competências para a União, Estados, Municípios, Professores, Escolas e Pais definidas pela LDBEN.....	IV

## INTRODUÇÃO

A sociedade têm vivido intensas transformações sociais pós Revolução Industrial, que trouxe novos paradigmas como a Globalização, Neoliberalismo, a incorporação do uso de Tecnologias, entre outros, como as novas conformações sociais que exige cidadãos e profissionais mais preparados para um mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

Sobre este novo contexto social Libâneo, Oliveira e Toschi (2005, p.81) esclarece que:

“As transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado (neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. Concretamente, isso leva ao domínio mundial do sistema financeiro, à redução do espaço de ação para os governos. Com isso, os países são obrigados a aderir ao neoliberalismo, ao aprofundamento da divisão internacional do trabalho e da concorrência e, não por último, à crise de endividamento dos Estados nacionais”.

Gradativamente tem aumentado a responsabilidade da administração pública no que concerne à prestação de serviços públicos com qualidade e a produção de políticas públicas mais eficientes e exitosas para setores essenciais e vitais à população, como na educação pública.

Estes novos desafios sociais e exigências levam a necessidade de executar estratégias e melhorias, além do constante monitoramento e avaliação da execução das atividades administrativas da gestão pública, de modo a ofertar à sociedade serviços com presteza e qualidade.

Promover o acesso a um ensino de qualidade na educação, que seja capaz de atender as novas demandas e contextos de vida em uma sociedade de constantes transformações, sempre foi um grande desafio no Brasil, motivo de gerar concentração maior de esforços e ações governamentais na educação pública.

O mercado exige pessoas polivalentes, flexíveis, ágeis, com visão do todo, conhecimentos técnicos e um relativo domínio na área de informática, que falem, leiam e escrevam em vários idiomas, que possuam habilidades múltiplas, e assim por diante. Segundo essa regra, quem não estiver capacitado de acordo com as exigências do mercado é excluído do processo produtivo. (FOLTRAN, 2009, p.18)

O Sistema Educacional é uma poderosa ferramenta, dentro do contexto da gestão e administração pública, para promover os meios, ferramentas e espaços necessários para garantir que as novas exigências do mercado, sejam transferidas para formar cidadãos mais preparados para a vida em sociedade e profissionais mais qualificados para este novo panorama.

A educação do futuro, segundo Gadotti (2000, p. 10) traz novas tendências em forma de categorias a serem incorporadas, que surgiram através da prática educacional e da reflexão sobre ela. Dentre estas categorias, estão indicadas: Cidadania, *Planetaridade*, Sustentabilidade, Virtualidade, Globalização, Transdisciplinaridade. Estas incorporações conceituais devem, portanto, fazer parte da formação Educacional atuando de forma integrada aos currículos.

A escola deixará de ser lecionadora para ser gestora do conhecimento. Segundo o autor, “pela primeira vez a educação tem a possibilidade de ser determinante sobre o desenvolvimento”. A educação tornou-se estratégica para o desenvolvimento, mas, para isso, não basta “modernizá-la”, como querem alguns. Será preciso transformá-la profundamente. A escola precisa ter projeto, precisa de dados, precisa fazer sua própria inovação, planejar-se a médio e em longo prazo, fazer sua própria reestruturação curricular, elaborar seus parâmetros curriculares, enfim, ser cidadã. (DAWBOR, 1998, p. 259 *apud* GADOTTI, 2000, p. 08)

A educação básica exerce grande papel social e impulsionador, pois fornece a base de conhecimentos para a cidadania, formação profissional e educação superior. Aprofundar o conhecimento neste gênero de pesquisa promove uma contribuição significativa para a produção do conhecimento e para a comunidade científica.

Para isso, é necessário compreender o Sistema Educacional Brasileiro em que a mesma está inserida e isso implica considerar aspectos históricos, legais, econômicos, tecnológicos, geográficos, sociais, políticos, administrativos e de gestão, tanto no contexto local quanto global.

Este trabalho, sem desconsiderar estes aspectos, ao observar o cenário da evolução política e organização da educação básica pública no Brasil, favorece uma melhor compreensão e análise futura dos seus desafios e para um respectivo enfrentamento.

Desta forma, o presente estudo trabalhou com a possibilidade de que a partir da Constituição Federal de 1988 deu-se início há uma evolução política e organizacional da educação básica pública e que houve maiores avanços em meados da década de 2000, depois ter sido muito debatida e criticada nos meios políticos e governamentais, acadêmicos e pela própria sociedade civil, a qual, contribuiu para oportunizar o surgimento do um arcabouço de diretrizes para organização, financiamento e funcionamento do sistema educacional, além das políticas e programas públicos para a implementação do atual modelo educacional no Brasil.

Disto resultou, também, na necessidade de um acompanhamento para avaliar as dificuldades, novas demandas e a implementação ou readequação das políticas.

A questão social exige tratamento inovador em direção à maior eficiência e eficácia das políticas de Estado, ou seja: a redefinição de ações e a horizontalização do conjunto das políticas de proteção (previdência, assistência e saúde), promoção

(educação, cultura e trabalho) e infraestrutura (habitação, urbanismo e saneamento) social. (POCHMANN, 2013, p. 710)

Diante desta reflexão surgiu o problema de partida: *Houve evolução política e organizacional da Educação Básica Pública no Brasil para atender as demandas da sociedade contemporânea?* Através desta questão, foi definido o objeto deste trabalho que foi analisar a evolução política e organizacional da educação básica no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2014, com o objetivo de identificar os avanços políticos e organizacionais da educação básica pública no Brasil no período questionado.

Baseado nesta ótica foi possível traçar os objetivos específicos para esta investigação da educação básica pública no Brasil no período selecionado, em que se buscou: 1 – Analisar o histórico do arcabouço legal; 2 – Descrever a estrutura e funcionamento da educação básica; 3 – Analisar o perfil da educação básica através dos instrumentos de monitoramento e avaliação.

O presente estudo motivou-se várias razões: 1- Pessoal: Através da afinidade às temáticas de educação, políticas e gestão pública, pela vocação na área educacional em adquirir, debater, produzir e compartilhar conhecimentos; 2- Social: Exercício da cidadania, contribuição com o desenvolvimento social e a qualificação da gestão pública; 3- Científica: Subsidiar uma melhor compreensão do Sistema Educacional Público no Brasil, em especial, da educação básica, favorecendo análises e reflexões que possibilitem identificar os desafios e favorecer a formulação de soluções para seu enfrentamento.

Através de uma prévia análise bibliográfica e documental a cerca das políticas e estrutura organizacional da Educação Básica Pública no Brasil, foi possível definir a metodologia norteadora para essa pesquisa, desde a etapa da escolha do fenômeno, a justificativa e os motivos instigou a estudar sobre a evolução política e organizacional no sistema educacional brasileiro.

Esta investigação trouxe significativa contribuição para os estudos das políticas educacionais no Brasil, além da grande importância social que o tema engloba dentro das Ciências Sociais, também contribuiu para a comunidade científica através da produção de conhecimento e aprofundamento sobre a Educação Básica Pública.

Ao realizar pesquisas em meios científicos como o SciELO, que indexa inúmeras revistas científicas e realiza pesquisas integradas com vários países, para o desenvolvimento deste estudo, observou-se que a maioria dos trabalhos publicados que contém descritores ou palavras-chave relacionadas à educação básica no Brasil apresentam estudos mais específicos em relação ao financiamento e gasto público, políticas públicas específicas, aspectos

pedagógicos nas etapas e algumas modalidades, e também, estudos mais aprofundados sobre os indicadores de monitoramento e avaliação.

Este trabalho está estruturado em quatro capítulos onde, inicialmente, objetivou-se delinear sobre o histórico da educação básica no Sistema Educacional Brasileiro no cenário da gestão pública a partir da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2014 com seus marcos legais e diretrizes que nortearam a estruturação de todo o Sistema Educacional em vigor.

Posteriormente, foram abordadas a estrutura e funcionamento da educação básica das etapas através da educação infantil, do ensino fundamental e médio, das modalidades como a educação à distância, educação de jovens e adultos, educação especial ou inclusiva e a profissional, das políticas públicas sob forma de programas de governo, que são implantados de forma descentralizada nos Municípios e Estado na rede de ensino, o financiamento da educação básica e o processo de monitoramento e avaliação através dos sistemas de avaliação externo e interno, de forma a contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educação e das práticas de gestão no Sistema Educacional.

Na sequência, também são apresentados os procedimentos e métodos que fundamentaram a investigação deste trabalho, em seguida foi apresentada a análise dos resultados obtidos durante o estudo e as conclusões finais.

# **1. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL DE 1988 A 2014**

## 1.1 A EDUCAÇÃO COMO DIREITO CONSTITUCIONAL

A história do Brasil foi marcada por muitas mudanças políticas e formas de governo, até se chegar ao modelo republicano atual. Foram centenas de anos desde a colonização de Portugal ao Brasil até sua independência, que deixou de ser regido por uma monarquia e passou a tornar-se república.

Foi a partir deste marco que o país iniciou sua política interna, a qual foi marcada por várias alternâncias de poder entre civis e militares.

Só a partir de 1930, que o país começou a ter avanços na educação, com a criação do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Educação, além da promulgação da segunda Constituição Federal em 1937.

A educação no Brasil veio se tornar um Direito Fundamental a partir da Carta Magna que rege o país, que é a 3ª Constituição Federal, promulgada em 1988, foi a partir dela que se iniciou todo o processo de estruturação e consolidação do Sistema Educacional Brasileiro, e que se definiram responsabilidades e competências para diversos níveis de governo.

Segundo a Constituição Cidadã<sup>1</sup> de 1988 – assim também chamada, a educação foi definida como:

Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, art. 205, p. 42).

No seu texto original, tornou-se dever Constitucional do Estado à educação básica obrigatória e gratuita dos 04 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, inclusive, assegurada sua oferta, gratuita, para todos que não tiveram acesso na idade própria. A Emenda Constitucional nº 53 de 2006, a obrigatoriedade da educação regulamentou a assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 05 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas.

Quanto às responsabilidades nos níveis de gestão, a Emenda Constitucional nº 14 de 1996, definiu os Municípios como responsáveis, prioritariamente, pelo ensino fundamental e pela educação infantil<sup>2</sup>, enquanto os Estados e o Distrito Federal devendo atuar, prioritariamente, no ensino fundamental e médio. Enquanto a União ou Governo Federal está encarregado de organizar o Sistema Federal de Ensino e o dos Territórios, exercer de forma

---

<sup>1</sup> O termo Constituição Cidadã passou a ser usado no país devido ao fato de que a Constituição Federal de 1988 trouxe o arcabouço legal que norteou várias das políticas sociais e de direitos para os cidadãos brasileiros.

<sup>2</sup> No texto original da Constituição Federal citava a responsabilidade dos municípios para o ensino fundamental e pré-escola.

redistributiva e supletiva em matéria educacional, bem como, financiar as instituições de ensino públicas federais, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (BRASIL, 1988, art. 211).

Na prática, observa-se que os municípios tem uma atuação mais efetiva no ensino fundamental, carecendo de suporte maior para a educação infantil, haja vista o acelerado crescimento populacional e a nova conformação social em que as famílias passaram a serem mais ativas através do trabalho para conquistar sua renda, desta forma, a atenção infantil se torna mais evidentes.

Outra questão que pode influenciar a formação educacional é a fragmentação dos espaços escolares e as dificuldades nas relações políticas intergovernamentais nas esferas de governo, como exemplo, a gestão municipal ser apenas responsável pela educação infantil e fundamental, e os Estados o ensino médio. A proposta de uma unificação de responsabilidades da educação básica, como na Federalização, pudesse promover melhores práticas de gestão, de acompanhamento escolar, de regularidade na formação escolar através de suas etapas e de padronização do modelo de gestão, ensino e práticas pedagógicas, além de outras vantagens como a influência das dificuldades políticas nas relações intergovernamentais e interinstitucionais com as esferas de governo.

Quanto ao financiamento, anualmente, no mínimo, o Governo Federal ficou responsável de investir 18%, já o Distrito Federal, Estados e Municípios 25%, da receita dos impostos e das transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento da educação.

A Carta Magna, com nova redação através da Emenda Constitucional nº 59 de 2009, também passou a obrigar a criação dos Planos Nacionais de Educação, a serem realizados a cada 10 anos, de forma a articular o Sistema Nacional de Educação, em regime de colaboração, para a definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação e desenvolvimento do ensino nos diversos níveis, etapas e modalidades, visando a:

- A erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Melhoria da qualidade do ensino;
- Formação para o trabalho;
- Promoção humanística, tecnológica e científica;
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação proporcional ao Produto Interno Bruto (PIB).

## **1.2 DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Com o advento do marco legal do direito à Educação através da Constituição Federal, abriu o caminho para a regulamentação e estruturação do Sistema Educacional Brasileiro. A Constituição teve grande papel norteador desta regulamentação, que veio a ser concretizada posteriormente através de Lei específica.

Atualmente, o Sistema Educacional do Brasileiro está regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), através da Lei nº 9.394/96 que define os princípios, os deveres da educação pública, as etapas (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), as modalidades do ensino, competências e o financiamento da educação, as quais foram discutidas mais adiante neste trabalho.

Dentre os princípios educacionais, a LDBEN estabelece a igualdade de condições para acesso e permanência na escola; a liberdade para aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, a arte e o saber; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; garantia de padrão de qualidade; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais; entre outros.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Assim, vê-se no art. 22 dessa lei que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e de continuidade. (BRASIL, 1997, p. 14)

De acordo com Saviani (2004, p. 9-58), a concepção produtivista marcou fortemente a nova LDB e suas normatizações. Tal concepção, já presente nas décadas de 1960 e 1970, recobrou, a partir dos anos 1990, novo vigor no contexto do denominado neoliberalismo, acionada como instrumento de adequação e ajustamento da educação às demandas do mercado numa economia globalizada, o que motivou o Estado a promover as adequações necessárias para acompanhar a nova ordem.

O dever do Estado prescrito na Constituição Federal foi ratificado na LDBEN, estabelecendo o ensino público gratuito e obrigatório para a educação básica dos 04 aos 17 anos de idade, organizada através das seguintes etapas:

- Educação Infantil através de creches até os 03 anos de idade e pré-escola de 04 a 05 anos de idade;

- Ensino Fundamental<sup>3</sup> de 09 anos, sendo dos 06 aos 14 anos de idade;
- Ensino Médio de, no mínimo, 03 anos, sendo dos 15 aos 17 anos de idade.

Além destas etapas, também passou a ser dever do Estado uma progressiva universalização do ensino médio, ensino noturno regular ajustado na demanda e oferta das modalidades de ensino como a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissionalizante.

A LDBEN também responsabilizou as famílias pela obrigatoriedade dos pais ou responsáveis de efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 04 anos de idade, através da redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013.

### **1.3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN'S)**

A partir das diretrizes curriculares nacionais exigidas na Constituição Federal, disposto no art. 22 e no art. 210 da Constituição Federal de 1988, que “Compete privativamente à União legislar sobre: as diretrizes e bases da educação nacional; Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino (...), de maneira a assegurar uma formação básica comum e respeito aos valores artísticos e culturais, regionais e nacional”, o país passou a adotar um caminho consensual para padronizar os conteúdos mínimos da formação básica.

Este caminho foi reforçado com a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação, que veio para impulsionar e ampliar o escopo das Diretrizes Curriculares Nacionais.

O MEC buscou, por intermédio dos PCN's, preencher o disposto na Constituição e no Plano Decenal de Educação. No entanto, os PCN's não representam o conjunto de conteúdos mínimos e obrigatórios para o ensino fundamental e também não chegam a ser uma proposta de diretrizes. Antes, apresentam-se como “um complexo de propostas curriculares em que se mesclam diretrizes axiológicas, orientações metodológicas, conteúdos específicos de disciplinas e conteúdos a serem trabalhados de modo transversal e sem o caráter de obrigatoriedade próprio da formação básica comum do art. 210 da CF/88” (CURY, 2002, p. 192).

---

<sup>3</sup> O texto original da LDBEN orientava o ensino fundamental de 08 anos, contudo, foi modificado pela Lei Federal nº 11.274 de 2006 para 09 anos, com a alteração do Artigo nº 32.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais tem como função orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual, constitui um referencial de qualidade para a educação no ensino fundamental em todo o País.

Possui uma caracterização de proposta flexível para as decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Desta forma, não se caracterizam como um modelo curricular homogêneo e impositivo, para os Estados e Municípios, que possuem sua diversidade sociocultural e a autonomia de professores e equipes pedagógicas. É um conjunto de necessidades de referenciais para que o Sistema Educacional do País seja organizado, respeitadas as diversidades culturais, regionais, étnicas, religiosas e políticas que atravessam uma sociedade.

Com a elaboração e divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), o MEC propõe um norteamento educacional às escolas brasileiras. Entretanto, se os Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ações, na busca de uma melhoria na qualidade da educação, de modo algum pretende resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem. A busca da qualidade impõe a necessidade de investimentos em diferentes frentes, como a formação inicial e continuada de professores, uma política de salários dignos e planos de carreira, a qualidade do livro didático, recursos televisivos e de multimídia, a disponibilidade de materiais didáticos. Mas essa qualificação almejada implica colocar, também, no centro do debate, as atividades escolares de ensino e aprendizagem e a questão curricular como de inegável importância para a política educacional brasileira. (BRANCO, 2014, p.29)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) tiveram a sua criação orientada pela LDBEN, que reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, o que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos.

O MEC criou os PCN's que devem ser trabalhados de forma transversal junto aos componentes curriculares do ensino regular, e dentre eles, podemos elencar: Pluralidade Cultural, Ética, Orientação Sexual, Meio Ambiente, Saúde, Consumo e Trabalho.

Isto faz com que a Educação perpassasse as principais questões que estão inseridas no contexto social e cumpre seu papel de fornecer os subsídios de formação cidadã preparada para enfrentar os desafios da vida em sociedade.

## **1.4 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (PDE)**

Apresentado no ano de 2007 como um projeto do Governo Federal, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), surgiu com o intuito de impulsionar a implementação de Metas para a educação, a qual teve dificuldades de serem encaminhadas através da aprovação do Plano Nacional de Educação, devido os embates políticos de transição do Governo, à época. Foi uma estratégia para colocar em prática um Plano para dar novos encaminhamentos para o desenvolvimento da educação.

O PDE teve como objetivos maiores investimentos na alfabetização, na educação básica, na educação profissional e no ensino superior. Este plano conta com mais de 40 ações sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades. É um plano de governo que visou operacionalizar uma política de Estado, que é o Plano Nacional de Educação.

Os programas do PDE foram organizados em torno de quatro eixos norteadores:

- Alfabetização;
- Educação básica;
- Educação profissional;
- Educação superior.

O Governo Federal também trouxe o Plano de Metas e Compromisso “Todos pela Educação” juntamente com o PDE, regulamentado pelo Decreto nº 6.094/2007, que promove a adesão dos Estados e municípios para elaboração dos seus Planos de Ações Articuladas (PAR) mediante diagnóstico de Formação de Professores, Gestão da Educação, dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar, Infraestrutura Física, dos Recursos e Práticas Pedagógicas e da Avaliação.

O PDE foi construído a partir de uma série de legislações expressas nos Decretos nº 6.093 que dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, com o intuito da universalização da alfabetização de jovens e adultos com quinze anos ou mais, o Decreto nº 6.094 que regulamenta a implementação do Plano de Metas e Compromisso pela Educação, pelo Governo Federal, sob forma de cooperação com Municípios, Distrito Federal e dos Estados, e também, com a participação das famílias e comunidade, o Decreto nº 6.095 que estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de instituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

(IFET) e o Decreto nº 6.096 que institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, todos publicados em 24 de abril de 2007.

Além do envolvimento dos três níveis de gestão (Federal, Estadual e Municipal) para articularem-se com a política geral do país, o PDE utiliza-se dos instrumentos como a Provinha Brasil, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e outros que servem para o monitoramento e avaliar da aplicação e eficácia do Plano, e ajudam a traçar um panorama dos avanços ocorridos, assim como apontar os pontos que necessitam de revisão.

A educação básica está contemplada com 17 ações, sendo 12 de caráter global e cinco específicas de cada etapa de ensino. Entre as ações que incidem sobre a educação básica situam-se o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), o Plano de Metas do PDE-IDEB, duas ações dirigidas à questão docente, sendo o Piso<sup>4</sup> do Magistério e a Formação dos Professores, complementadas pelos programas de apoio ao Transporte Escolar, Saúde nas Escolas, Censo Escolar, Mais Educação, Coleção Educadores e Inclusão Digital.

A diversidade e o grande número de metas previstas no PDE voltadas para as melhorias estruturais das instituições escolares expressam as desigualdades existentes entre as escolas do país, frente às condições de aprendizagem. Ao contemplar ações que vão desde a instalação de luz elétrica em todas as escolas até a implementação da alfabetização digital, o Plano reflete a distorção ainda existente em nosso país em relação às condições das escolas e da educação ainda oferecida.

Situações como essas ficam evidentes nas afirmações de Vieira quando afirma que:

Boa parte da infraestrutura da rede escolar é precária. A rede de atendimento é mal distribuída, representando pesado ônus para o poder público em custos de transporte escolar. Ainda temos escolas de uma só sala, sem serviços básicos como água e até mesmo banheiros. (VIEIRA, 2007, p.02)

Apesar do grande volume de recursos destinados ao aprimoramento e expansão da infraestrutura escolar, no âmbito da educação básica, ainda encontramos um imenso contraste nas condições das escolas e salas de aula do país, além da falta de recursos básicos como água e luz elétrica.

Desta forma, um novo Plano Nacional de Educação vem para dar novo oxigênio para avançar no desenvolvimento das Políticas Educacionais.

---

<sup>4</sup> O termo piso refere-se ao salário básico mínimo para os profissionais do magistério da educação básica.

## **1.5 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)**

A partir da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), o país assumiu novas responsabilidades, e para alcançá-las foram definidas diretrizes e metas para o período de 2011 a 2020, através da Lei nº 13.005/2014. As diretrizes são (BRASIL, 2014):

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Superação das desigualdades educacionais;
- Melhoria da qualidade do ensino;
- Formação para o trabalho;
- Promoção da sustentabilidade socioambiental;
- Promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Difusão dos princípios da equidade, do respeito à diversidade e a gestão democrática da educação.

Quanto às metas estabelecidas no PNE, podemos destacar (BRASIL, 2014):

- Universalização até 2016 do acesso escolar para a população de 04 e 05 anos, além do acesso à educação infantil para atender a 50% da população de até 03 anos até 2020, de toda a população de 06 aos 14 anos para o ensino fundamental e de 15 aos 17 anos para o ensino médio;
- Universalização do acesso escolar aos alunos na rede regular de ensino na faixa etária de 04 aos 17 anos que possuem deficiência, transtornos no desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, devidamente diagnosticados;
- Oferta de uma educação em tempo integral para 50% das escolas públicas de educação básica, contemplando 25% dos alunos da atenção básica.
- Alfabetização de crianças até 08 anos de idade;
- Elevação da taxa alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e a erradicação, até o final da vigência do plano, do analfabetismo absoluto, reduzindo em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

- Para a educação profissional, a oferta de 25% das matrículas da Educação dos Jovens e Adultos para os anos finais no ensino fundamental e do ensino médio devem estar integradas à educação profissional, bem como, a duplicação das matrículas de educação profissional técnica para o nível médio.
- Para o Ensino Superior, o MEC definiu como meta aumentar o número de mestres e doutores para 75% no corpo docente das instituições de ensino superior, sendo deste total, 35% de doutores. Além disso, definiram-se formar 50% dos profissionais da educação básica em nível de Pós-graduação até o último ano do PNE, de acordo com as necessidades, demandas e contextualizações de ensino até o final do plano.
- Para a valorização do magistério, foi definida como meta a existência de planos para carreira no magistério aos profissionais em todos os sistemas de ensino.

Em relação ao financiamento, foi estipulada a ampliação progressiva do investimento público em educação até atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência do plano e de 10% do PIB até o final da vigência. Em 2011, apenas 5,3% do PIB foi destinado à educação.

De acordo com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade que reúne predominantemente países do mundo desenvolvido, o investimento público brasileiro em educação cresceu significativamente na última década, passando de 3,5% para 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB, a soma de riquezas e serviços produzidos no país, num ano), entre 2000 e 2010. Atualmente (2014), este investimento está em torno de 6% do PIB.

## **2. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**

## **2.1 ETAPAS**

### **2.1.1 Educação Infantil**

A educação infantil passou a ser a primeira etapa da educação básica a partir das mudanças ocorridas para a formação do Sistema Educacional advindas da Constituição Federal e sua regulamentação através da LDBEN, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade em seus aspectos psicológico, intelectual, social e físico, complementando a ação da comunidade e da família (Lei nº 9.394/1996, art. 29). A educação infantil é ofertada na:

- Creche para crianças de 0 a 3 anos de idade;
- Pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais, creches e pré-escolas constituem-se, portanto, em estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de zero a cinco anos de idade por meio de profissionais com a formação específica, legalmente determinada, não caracterizando as funções de caráter de cunho unicamente assistência social.

A Resolução nº 01/99, de 07 de abril de 1999 regulamenta as referidas Diretrizes e apontam princípios fundamentais na organização do trabalho pedagógico nas instituições de educação infantil:

- Princípios éticos: valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades;
- Princípios políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- Princípios estéticos: valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais.

A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns, de acordo com a redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013:

- Avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;
- Carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;

- Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral;
- Controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;
- Expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Torna-se fundamental que o cidadão exija um ambiente adequado que considere as necessidades integrais da criança, respeitando suas particularidades, como sujeito ativo do seu próprio desenvolvimento no contexto mais amplo da vida. (AMORIN; YAZLEN; ROSSETI-FERREIRA, 1999 *apud* DA COSTA, 2008, p.66)

O maior desafio da educação infantil é a questão pedagógica. O MEC editou o documento “Referencial curricular nacional para a educação infantil (RCNEI)” de 1998 para orientar a proposta pedagógica das escolas públicas e privadas, integrando a uma série de documentos dos PCN’s, que deve ser analisado, debatido e implementado pelos profissionais da educação infantil. O RCNEI, destaca:

- As características de cada grupo social atendido;
- As características das comunidades onde estão inseridas as instituições de educação infantil.

Além disso, o RCNEI chama a atenção, também, para as condições internas das instituições de educação infantil, como o clima institucional, o espaço físico, os recursos materiais (flexibilidade, acesso e segurança), os agrupamentos, a organização do tempo, o ambiente de cuidado, a parceria com as famílias.

### **2.1.2 Ensino Fundamental**

O ensino fundamental é obrigatório, com duração de 09 (nove) anos, sendo gratuito na escola pública, iniciando-se aos 06 anos de idade, fundamentado através da Lei Federal nº 11.274/2006 que altera a redação original da LDB que trazia a duração de oito anos.

De acordo com a LDB, tem por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

- Desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

- Desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- Fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Também tem como objetivo a formação integral do indivíduo para o exercício pleno da cidadania, pautando-se nos princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento e respeito à diversidade, além da valorização de professores/as e da gestão democrática do ensino público como garantia da qualidade da educação.

Essa etapa da educação básica deve desenvolver a capacidade de aprendizado do aluno, por meio do domínio da leitura, escrita e do cálculo. Após a conclusão deste ciclo, o aluno deve ser também capaz de compreender o ambiente natural e social, o sistema político, a tecnologia, as artes e os valores básicos da sociedade e da família.

A jornada escolar no ensino fundamental é de, pelo menos, quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola e está dividido em duas fases: Anos Iniciais e Anos Finais.

**Quadro 1.** Organização do Ensino Fundamental em anos iniciais e finais.

<b>Ensino Fundamental</b>								
<b>Anos Iniciais</b>					<b>Anos Finais</b>			
1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano

Fonte: Criado pelo autor, adaptado do art. 23 da LDB.

O objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é “assegurar a que todas as crianças tenham um tempo mais longo para o convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla” (BRASIL, 2004, pág. 17).

É evidente que a maior aprendizagem não depende do aumento do tempo de permanência na escola, mas sim do emprego mais eficaz do tempo. No entanto, a associação de ambos deve contribuir significativamente para que os educandos aprendam mais.

Com base na descentralização e na flexibilização pedagógica, a LDB determina no art. 26 que o currículo do ensino fundamental, além de uma base comum fixada nacionalmente, deve conter matérias que variam de acordo com as características de cada região. Esta variação corresponde às características regionais e locais da sociedade, da economia, da clientela e da cultura.

Ainda no art. 26, há o destaque para que no ensino da História do Brasil sejam valorizadas as culturas indígenas, africana e europeia para a formação da cultura brasileira, instituídas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o ensino de História Afro-Brasileira e Africana (CNE/CP nº 01/2004).

A legislação também obriga o estudo da língua portuguesa e da matemática, da realidade social e política, especialmente do Brasil, e ciência física e natural.

O ensino da arte foi instituído pela lei nº 11.769 em agosto de 2008 que dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino da música para o ensino fundamental e médio. E ainda a oferta da educação física obrigatória desde que integrada à proposta pedagógica da escola, sendo sua prática facultativa ao aluno que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, maior de trinta anos de idade ou que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física, amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969 ou ainda que tenha prole (filhos).

Também ainda faz parte do currículo do ensino fundamental o ensino de ao menos uma língua estrangeira moderna, a partir da quinta série (parte diversificada).

### **2.1.3 Ensino Médio**

O ensino médio, a etapa final da educação básica, estrutura-se em 03 anos e em conformidade com a LDBEN, através da Lei Federal nº 9.394/1996, também é dotado de disponibilidade obrigatória e gratuita por parte do Estado. Tem como finalidades, de acordo com a LDBEN (BRASIL, 1996):

- A consolidação e aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando dar prosseguimento aos estudos;
- Adquirir preparação básica para o trabalho e cidadania ao aluno, favorecendo sua capacidade adaptativa e flexível às novas condições do mercado de trabalho;
- Aperfeiçoamento humanístico, incluindo na sua formação, a ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e de pensamento crítico;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria com a prática, no ensino de cada uma das disciplinas.

No currículo do ensino médio devem ser abordadas as seguintes diretrizes (BRASIL, 1996):

- Educação tecnológica básica, compreensão do significado da ciência, letras e artes;
- Sobre o processo histórico de transformação da sociedade e cultural; da língua portuguesa para a comunicação, acesso ao conhecimento e o exercício da cidadania;
- As metodologias de ensino e avaliação que possam estimular a iniciativa dos estudantes;
- Uma língua estrangeira moderna, sendo uma disciplina obrigatória, indicada pela comunidade escolar, e outra sendo optativa, a depender das disponibilidades da instituição;
- Abordagem da Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias durante todo o ensino médio.

O MEC e o CNE aprovaram uma nova formulação curricular definindo propostas de currículos, as quais devem ser desenvolvidas pelas escolas, incluindo competências básicas, conteúdos e formas de tratamento para os conteúdos de forma coerente com os princípios pedagógicos de diversidade e autonomia, identidade, e também, princípios de contextualização e interdisciplinaridade, estando estes como estruturadores do currículo no ensino médio.

A interdisciplinaridade e a contextualização, que trata das formas de aprender e ensinar deve permitir a integração das duas outras dimensões do currículo, de acordo com o Parecer CEB/CNE nº15/98, podem favorecer a reorganização das experiências dentro da comunidade escolar, de forma que as mesmas possam rever suas práticas, e também, discutir sobre o que ensinam e como estão a ensinar.

O currículo fica constituído uma parte pela base nacional comum e a parte diversificada, além da formação geral e a preparação básica para o trabalho. A base nacional comum dos currículos é organizada em áreas do conhecimento: linguagens, códigos e suas tecnologias; ciências da natureza, matemática e suas tecnologias; ciências humanas e suas tecnologias.

O princípio da contextualização deve orientar a organização da parte diversificada do currículo, de forma a evitar a separação entre ela e a base nacional comum, uma vez que a LDB assegura que as unidades escolares podem adequar seus conteúdos curriculares de acordo com as características regionais, locais e da vida de seus alunos. (DOMINGUES, TOSCHI E OLIVEIRA, 2000, p. 71)

O ensino médio também conta com a atuação de alguns programas Educacionais como o Ensino Médio Inovador, Educação de Jovens e Adultos, bem como, o Programa Mais Educação que contribuir para o ensino integral. Estes serão abordados mais adiante em tópico específico.

## **2.2 MODALIDADES**

### **2.2.1 Educação Especial**

A educação especial é uma modalidade de ensino que se destina aos portadores de necessidades especiais educativas no campo de aprendizagem, sejam originadas de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, ou de características como altas habilidades, superdotados ou talentos.

A oferta da educação especial é um dever constitucional do Estado, que tem início na faixa etária de 0 a 6 anos, durante a educação infantil e, desta forma, respeitando-se as possibilidades e as capacidades dos alunos, a educação especial é destinada às pessoas com necessidades especiais e podem ser oferecidos estes serviços educacionais também nos demais níveis de ensino.

A Constituição Federal estabelece, preferencialmente na rede regular de ensino, o direito das pessoas com necessidades especiais receberem educação e, como diretriz atual, a plena integração dessas pessoas nas diversas áreas sociais. É um direito receber a educação, sempre que possível, junto às demais pessoas, nas escolas regulares.

Contudo, apesar do atendimento preferencial se dar na rede regular para os educandos com necessidades especiais, a legislação educacional também considera a existência de um atendimento especializado. Desta forma, quando não for possível a integração desses educandos em classes comuns do ensino regular, deve ser oferecido atendimento em classes, escolas ou serviços especializados.

São as seguintes determinações para que os sistemas de ensino devam assegurar aos educandos com necessidades especiais, segundo a LDBEN (1996):

- Currículos, métodos, recursos educativos e organização específica, técnicas, para atender às suas necessidades;

- Terminalidade específica, em virtude de suas deficiências, para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, e também aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- Professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns e com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado;
- Educação especial para o trabalho, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, visando à sua efetiva integração na vida em sociedade, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, psicomotora ou intelectual;
- Para os programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular, um acesso igualitário aos seus benefícios.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), a educação especial, além de atender os alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, física/motora e múltiplas), também inclui o atendimento a alunos que apresentam Condutas Típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como alunos que apresentam Altas Habilidades/Superdotados).

Em 2007, o Ministério da Educação publicou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

- Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Atendimento educacional especializado;
- Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissional da educação para a inclusão escolar;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação;
- Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

### **2.2.2 Educação Profissional**

A Educação Profissional, a partir da LDBEN, passou a ser considerado complementar a educação básica, podendo ser desenvolvida em escolas, em instituições especializadas, integrada às diferentes formas de educação, à ciência e à tecnologia, ao trabalho, de forma que conduza ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Segundo o artigo nº 39 da LDBEN, a educação profissional e tecnológica no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia e abrangerá os níveis:

- Básico: modalidade de educação não formal e de duração variável, destinada a proporcionar ao cidadão trabalhador, independentemente da escolaridade prévia, conhecimentos que lhe permitam a qualificação, requalificação e atualização para o exercício de funções demandadas pelo mundo do trabalho, compatíveis com a complexidade tecnológica do trabalho, o seu grau de conhecimento técnico e o nível de escolaridade do aluno;
- Técnico: destinado a jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica de 11 anos;
- Tecnológico: destinado à formação superior, tanto de graduação como de pós-graduação, de jovens e adultos.

A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho. (LDBEN, 1996, art. 40)

O objetivo principal dessa modalidade é a criação de cursos que deem acesso ao mercado de trabalho. O aluno pode fazer o ensino médio em conjunto com o curso profissionalizante e ao acabar sai pronto para o mercado de trabalho.

### **2.2.3 Educação à Distância**

A Educação à Distância (EAD) surgiu no Brasil oficialmente a partir das diretrizes legais instituídas pela LDBEN, onde em seu artigo nº 80 determina a responsabilidade do poder público em promover veiculação de programas de ensino à distância e o seu desenvolvimento, de educação continuada, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Esta modalidade de ensino tem a organização para a abertura e regime especiais a serem realizadas somente por instituições especificamente credenciadas pela União, a qual

regulamenta os requisitos para a realização de exames e registro de diplomas relativos a cursos de educação à distância.

As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação, são de responsabilidade dos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

A EAD somente foi regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto n° 5.622 (BRASIL, 2005) que revogou os Decretos n° 2.494 de 10/02/98, e n° 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial n° 4.361 de 2004.

Atualmente, o Brasil possui uma grande rede EAD que conta com polos educacionais à distância e de apoio presencial, dentro de uma estrutura organizacional vinculada ao Programa Universidade Aberta do Brasil, criado em 2006 pelo Governo Federal através da parceria com instituições educacionais que se interligaram a este rede de educação à distância, ampliando a oferta e o acesso a cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, além do suporte à educação continuada e à formação de professores.

#### **2.2.4 Educação de Jovens e Adultos (EJA)**

A Educação de Jovens e Adultos foi legalmente instituída pela LDBEN e determina que os sistemas de ensino assegurem aos jovens e aos adultos, gratuitamente, o ensino aos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, com oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características individuais, condições de vida e de trabalho, interesses, mediante cursos e exames.

Esta modalidade, portanto, é destinada para todos aqueles que não tiveram acesso ou continuidade aos estudos no ensino fundamental e médio, na idade própria.

Estimular o acesso, viabilizar e estimular a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si, é de inteira responsabilidade dos governos.

Quanto aos sistemas de ensino, os mesmos devem manter cursos e exames supletivos, relacionado à base nacional curricular comum, habilitando os participantes desta modalidade para o prosseguimento de estudos em caráter regular. Estes exames devem se realizar com a conclusão do ensino fundamental (maiores de quinze anos) e com a conclusão do ensino médio (maiores de dezoito anos).

O Instituto Nacional de Estatísticas e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é responsável pela realização do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) que, além de diagnosticar a educação básica brasileira, também possibilitam a certificação dos saberes adquiridos tanto em ambientes escolares quanto extraescolares (IPEA, 2007).

A certificação nacional através do ENCCEJA é uma referência nacional de educação para jovens e adultos através da avaliação de competências, habilidades e saberes acumulados através da aprendizagem escolar ou nos processos formativos desenvolvidos na convivência humana, na vida familiar, no trabalho, nos movimentos e organizações da sociedade civil, e nas manifestações culturais, entre outros.

Podem participar do ENCCEJA, todos os jovens e adultos residentes no Brasil e no Exterior, inclusive as pessoas privadas de liberdade, de forma voluntária e gratuita, os quais não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade certa.

### **2.2.5 Outras Modalidades Complementares**

Além destas modalidades legalmente instituídas pela LDBEN e mais difundidas pelas políticas educacionais, também existem outras também regulamentadas e que atuam em áreas educacionais específicas como:

- Educação no Campo: adaptadas à realidade da zona rural;
- Educação Quilombola: para as Comunidades Quilombolas constituídas por população negra com cultura própria;
- Educação Étnico-racial: buscando promover a igualdade étnico-racial, favorecendo a inclusão e a abolição do racismo e práticas discriminatórias;
- Educação Indígena: voltada para as comunidades indígenas com identidade cultural própria.

## **2.3 PROGRAMAS DE GOVERNO**

### **2.3.1 Programa Mais Educação (PME)**

O Programa Mais Educação foi criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, e objetiva aumentar nas escolas públicas a oferta de ações educativas agrupadas em *macro campos*<sup>5</sup>, através de atividades optativas, nas seguintes áreas: esporte e lazer, meio ambiente, acompanhamento pedagógico, cultura digital, cultura e artes, direitos humanos, *educomunicação*<sup>6</sup>, educação científica e econômica, além da prevenção e promoção da saúde.

A criação desse programa foi, certamente, uma estratégia do Ministério da Educação para favorecer, nas práticas escolares, a construção da agenda que promova uma educação integral nas redes estaduais e municipais de ensino ampliando a jornada escolar nas escolas, para, no mínimo, 07 horas por dia.

A inclusão destas atividades deve fazer parte do planejamento e planos educativos das escolas, sendo escolhidas 06 atividades por ano, de acordo com as possibilidades disponíveis. O acompanhamento pedagógico é uma destas atividades que obrigatoriamente devem ser escolhidas. O Ministério da Educação publica, anualmente, um manual específico para promover a educação integral, e contempla o detalhamento de cada atividade, suas ementas, recursos didático-pedagógicos e financeiros previstos.

### **2.3.2 Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI)**

O Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), instituído pela Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação, como estratégia do Governo Federal para induzir a reestruturação dos currículos do ensino médio.

Tem como principal objetivo apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de ensino médio, ampliando o tempo dos estudantes na escola e buscando garantir a formação integral com a inserção de atividades que tornem o currículo mais dinâmico, atendendo também as expectativas dos estudantes do ensino médio e às demandas da sociedade contemporânea.

Os projetos de reestruturação curricular no ensino médio favorecem o desenvolvimento de atividades integradoras que contribuam articulando as dimensões do

---

<sup>5</sup> Este termo refere-se às áreas temáticas transversais a serem abordadas nas práticas educativas.

<sup>6</sup> Utiliza-se este termo quando se deseja referenciar as tecnologias e recursos de comunicação em mídias.

trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, e também, contemplando as diversas áreas do conhecimento a partir de 08 macro campos:

- Acompanhamento Pedagógico;
- Iniciação Científica e Pesquisa;
- Cultura Corporal;
- Cultura e Artes;
- Comunicação e uso de Mídias;
- Cultura Digital;
- Participação Estudantil;
- Leitura e Letramento.

### **2.3.3 Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE)**

O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) foi criado pela Lei nº 10.880, de 09 de junho de 2004, e objetiva promover o acesso dos alunos do ensino fundamental público residentes em área rural aos estabelecimentos escolares, bem como, a sua permanência. O programa fornece assistência financeira, em caráter suplementar, aos Estados, Distrito Federal e municípios, para garantir o transporte escolar destes alunos.

Em 2009, o Governo Federal criou a Medida Provisória nº 455/2009, posteriormente transformada na Lei nº 11.947, de 16 de junho do mesmo ano, que ampliou o acesso ao transporte escolar para alunos de toda a educação básica, assim, beneficiando também os estudantes da educação infantil e do ensino médio, residentes em áreas rurais.

Os recursos deste programa podem ser usados para custear despesas com reforma, seguros, licenciamento, taxas e impostos, recuperação de assentos, pneus, serviços de mecânica em freio, câmaras, suspensão, elétrica e funilaria, câmbio, motor, combustível e lubrificantes do veículo ou, no que couber da embarcação utilizada para o transporte de alunos da educação básica pública residente em área rural. Também serve para o pagamento de serviços contratados junto a terceiros para o transporte escolar. A transferência é feita de maneira automática dos recursos financeiros, sem necessidade de convênio ou outro instrumento congênere.

Também foi criado, em 2007, o Programa Caminho da Escola através da Resolução nº 03, de 28 de março, objetivando conceder, através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), linha de crédito especial para a aquisição, pelos Estados e municípios, de ônibus, miniônibus e micro-ônibus zero quilômetro e de embarcações novas.

#### **2.3.4 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudável, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional.

Possui caráter suplementar, de acordo com o artigo 208, incisos IV e VII, da Constituição Federal, que determina o dever dos Governos (Federal, dos Estados e municípios) com a educação seja efetivado mediante a garantia em creche e pré-escola para a educação infantil, às crianças até 05 anos de idade e atendimento ao educando, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, alimentação, transporte, e assistência à saúde em todas as etapas da educação básica,

Os beneficiados pelo Programa são os alunos de toda a educação básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos) matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (conveniadas com o poder público), por meio da transferência de recursos financeiros repassados pela União aos Estados e Municípios, por dia letivo para cada aluno com base no Censo Escolar realizado no ano anterior ao do atendimento, de acordo com a etapa e modalidade de ensino:

- Creches: R\$ 1,00;
- Pré-escola: R\$ 0,50;
- Escolas indígenas e quilombolas: R\$ 0,60;
- Ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos: R\$ 0,30;
- Ensino integral: R\$ 1,00;
- Alunos do Programa Mais Educação: R\$ 0,90;
- Alunos que frequentam o Atendimento Educacional Especializado no contraturno: R\$ 0,50.

### **2.3.5 Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) articula um conjunto de ações para retirar crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos da prática do trabalho precoce, exceto quando na condição de aprendiz, a partir de 14 anos e destina-se à transferência de renda, através do Programa Bolsa Família, acompanhamento familiar e oferta de serviços sócio-assistenciais, atuando de forma articulada com Estados e Municípios e com a participação da sociedade civil.

O PETI está estruturado estrategicamente em cinco eixos de atuação:

- Informação e mobilização, com realização de campanhas e audiências públicas;
- Busca ativa e registro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
- Transferência de renda, inserção das crianças, adolescentes e suas famílias em serviços sócio-assistenciais e encaminhamento para serviços de saúde, educação, cultura, esporte, lazer ou trabalho;
- Reforço das ações de fiscalização, acompanhamento das famílias com aplicação de medidas protetivas, articuladas com Poder Judiciário, Ministério Público e Conselhos Tutelares;
- Monitoramento.

### **2.3.6 Programa Saúde na Escola (PSE)**

O Programa Saúde na Escola (PSE) foi instituído no âmbito dos Ministérios da Educação e da Saúde através do Decreto nº 6.286 de 05 de dezembro de 2007 para consolidar a Política Nacional de Promoção da Saúde através de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde das Equipes de Saúde da Família (ESF), de forma articuladas com a educação pública.

Este programa favorece a prevenção de doenças e agravos à saúde, atenção à saúde e a promoção da saúde, objetivando um melhor desempenho durante a formação integral dos alunos de modo que possibilite o enfrentamento de susceptíveis vulnerabilidades e problemas de saúde que possam vir a atrapalhar ou comprometer o pleno desenvolvimento dos estudantes integrados a rede básica pública de ensino.

Estão inseridos como beneficiários deste programa os alunos da rede pública da educação básica, os gestores e demais profissionais de educação, a comunidade escolar e, de forma mais amplificada, estudantes da rede de educação profissional e tecnológica e da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

As ações do PSE devem estar pactuadas no projeto político-pedagógico das escolas e este planejamento deve considerar o contexto escolar e social e o diagnóstico local de saúde dos educandos.

No ano de 2008, segundo o Ministério da Saúde, os 53 milhões de alunos matriculados na educação pública apresentaram problemas de saúde. Os que merecem destaque foram: baixa taxa de glicose, deficiência de visão, anemia, dificuldade de audição (DA COSTA, 2008).

Outras manifestações de distúrbios e problemas de saúde que devem ser diagnosticados em tempo e que atrapalham o aprendizado podem ser observadas. Os principais distúrbios são (LERNER, 1989):

- Dificuldades de atenção e concentração,
- Problemas receptivos e de processamento da informação,
- Dificuldades de leitura,
- Dificuldades na matemática e outros distúrbios de aprendizagem: a) dislexia, b) disgrafia, c) discalculia.

Como também há problemas ou transtornos psicológicos, audiovisuais e nutricionais, que podem comprometer o processo de aprendizagem, dentre eles: o bullying, bulimia, anorexia, autismo, esquizofrenia, entre outros (SOUZA, 2011).

### **2.3.7 Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO)**

O Programa Nacional de Tecnologia Educacional (PROINFO) foi criado em 12 de dezembro de 2007, mediante a criação do Decreto n° 6.300, inicialmente denominado de Programa Nacional de Informática na Educação, com a finalidade de promover o uso da tecnologia como ferramenta de enriquecimento pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica.

O funcionamento do PROINFO se dá de forma descentralizada, existindo em cada unidade da Federação uma Coordenação Estadual, e os Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE), dotados de infraestrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software.

O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais e em contrapartida, Estados, Distrito Federal e Municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

Para fazer parte do PROINFO Urbano e /ou Rural, o município deve seguir três passos:

- Adesão: é o compromisso do município com as diretrizes do programa, imprescindível para o recebimento dos laboratórios;
- Cadastro: deve ser feito o cadastro do prefeito no nosso sistema;
- Seleção das escolas: é a inclusão das escolas no PROINFO.

### **2.3.8 Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância)**

Criado em 2007, pela Resolução nº 06, de 24 de abril do mesmo ano, o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (PROINFÂNCIA), é parte das ações do PDE do Ministério da Educação.

Tem como objetivo principal prestar assistência financeira ao Distrito Federal e aos municípios visando garantir o acesso de crianças a creches e escolas de educação infantil da rede pública, considerando que a construção de creches e pré-escolas, bem como, a aquisição de equipamentos para a rede física escolar desse nível educacional, é indispensável à melhoria da qualidade da educação.

Desta forma, as unidades construídas no âmbito do Proinfância são dotadas de ambientes essenciais para a aprendizagem das crianças, como:

- Salas de aula;
- Sala de informática;
- Bibliotecas;
- Sanitários;
- Fraldários;
- Recreio coberto;
- Parque;
- Refeitório;
- Ambientes que permitem a realização de atividades pedagógicas, recreativas, esportivas e de alimentação;
- Além das administrativas e de serviço.

### **2.3.9 Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO)**

O Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO) é uma ação do Governo Federal resultado da mobilização dos movimentos sociais e sindicais do campo, para construção de referências de política nacional de educação do campo, com apoio do Ministério da Educação.

O PRONACAMPO oferece apoio técnico e suporte financeiro para Estados e Municípios implementarem suas respectivas políticas de educação no campo, através de um conjunto de ações articuladas, que atendem às escolas do campo e quilombolas em quatro eixos:

- Gestão e práticas pedagógicas;
- Formação de professores;
- Educação de jovens e adultos, profissional e tecnológica;
- Infraestrutura.

### **2.3.10 Programa Atleta na Escola**

O Programa Atleta na Escola visa incentivar e difundir a prática desportiva entre jovens e adolescentes, desenvolvendo valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes brasileiros na escola pública, favorecendo a revelação de novos talentos dentre as várias opções de modalidades esportivas, atrelado a uma formação integral educativa que possibilite melhores resultados no desempenho escolar e esportivo dos alunos.

Os recursos disponibilizados destinam-se a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, que tenham a partir de 10 (dez) alunos matriculados na faixa etária de 12 a 17 anos, cursando o ensino fundamental e/ou médio, de acordo com informações do censo escolar do ano anterior ao do atendimento.

### **2.3.11 Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)**

O Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) objetiva prover as escolas de ensino público das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, no âmbito da educação infantil (creches e pré-escolas), do ensino fundamental, do ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA), com o fornecimento de obras e demais materiais de apoio à prática da educação básica.

São atendidas pelo programa, sem necessidade de adesão, todas as escolas públicas cadastradas no censo escolar, e é anualmente realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), onde distribui às escolas por meio do PNBE; PNBE do Professor; PNBE Periódicos e PNBE Temático acervos compostos por obras de referência, de pesquisa; de literatura e de outros materiais relativos ao currículo nas áreas de conhecimento da educação básica.

Com vista à democratização do acesso às fontes de informação, ao fomento à leitura e à formação de alunos e professores leitores e ao apoio à atualização e ao desenvolvimento profissional do professor, o PNBE é composto pelos seguintes gêneros literários: obras clássicas da literatura universal; poema; conto, crônica, novela, teatro, texto da tradição popular; romance; memória, diário, biografia, relatos de experiências; livros de imagens e histórias em quadrinhos.

Esta distribuição dos acervos de literatura se procede da seguinte forma:

- Nos anos pares são distribuídos livros para as escolas de educação Infantil (creche e pré-escola), anos iniciais do ensino fundamental e educação de jovens e adultos;
- Nos anos ímpares a distribuição ocorre para as escolas dos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.

### **2.3.12 Programa Formação pela Escola**

O Programa Nacional Formação pela Escola, fundamentado pela formação continuada à distância relacionada às ações do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), tem como objetivo potencializar a atuação de todos que atuam na execução, monitoramento, avaliação, prestação de contas e também no controle social dos programas e ações educacionais que são financiados pelo FNDE.

Desta forma, seu propósito é justamente contribuir com a melhoria da qualidade da gestão e o favorecer a fiscalização do controle social junto aos recursos públicos destinados à educação. Está direcionado para a capacitação de profissionais de ensino, dos técnicos e gestores das redes públicas municipais e estaduais, para os representantes da comunidade escolar e os da sociedade organizada através da oferta de cursos de qualificação, onde os participantes se aprofundam em conhecer os detalhes da execução das ações e programas governamentais, sua concepção, diretrizes, objetivos, agentes envolvidos, operacionalização, prestação de contas, e também, os mecanismos de controle social.

Todos os cursos são disponibilizados na modalidade de educação à distância, em virtude da vasta extensão territorial do país e do grande universo de pessoas envolvidas nessas ações, possibilitando potencializar o alcance através de uma formação continuada dos diversos atores envolvidos nas ações de execução de programas financiados pelo FNDE.

### **2.3.13 Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)**

Criado em 2011, com o objetivo de interiorizar, expandir e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, além de cursos para formação inicial e continuada para trabalhadores, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), também objetiva ampliar as vagas para redes estaduais da Educação Profissional, favorecendo que os Estados ofereçam ensino médio integrado com a Educação Profissional.

Um programa de educação à distância para formação em cursos técnico-profissionalizante também foi criado através da Escola Técnica Aberta do Brasil (E-Tec)

Em 2010, foram instalados em 19 Estados, atendendo a cerca de 30 mil estudantes em 259 polos, No ano de 2011, mais de 46 mil vagas; 59 mil em 2012; mais de 156 mil em 2013 e cerca de 170 mil para o ano de 2014.

## **2.4 FINANCIAMENTOS**

### **2.4.1 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)**

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC).

O FNDE passou a ser o maior parceiro dos 26 Estados, dos 5.565 municípios e do Distrito Federal para alcançar a melhoria e garantir uma educação de qualidade a todos, em especial a educação básica da rede pública.

Com a finalidade de prestar assistência financeira e técnica e executar ações que contribuam para melhorias na educação, esta autarquia organiza o financiamento nacional da educação através dos repasses de dinheiro divididos em constitucionais, automáticos e voluntários (convênios).

É através do FNDE que as políticas públicas educacionais são financiadas através dos programas implementados nos Estados, Municípios e no Distrito Federal.

#### **2.4.2 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB)**

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e para Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi criado para substituir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que vigorou de 1997 até 2006.

O FUNDEB está em vigor desde janeiro de 2007, será estendido até o ano 2020 e é responsável pela Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Os Estados, Municípios e Distrito Federal devem assegurar o valor nacional mínimo por aluno/ano de R\$ 2.285,57 para o ano 2014, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 19, de 27 de dezembro de 2013.

Como se observa pela própria denominação, o atual Fundo amplia o raio de ação em relação ao anterior, estendendo-se para toda a educação básica. Para isso, a participação dos Estados e Municípios na composição do Fundo foi elevada de 15 para 20%, do montante de 25% da arrecadação de impostos obrigatoriamente destinados, por determinação constitucional, para a manutenção e desenvolvimento do ensino, assegurando-se a complementação da União.

#### **2.4.3 Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)**

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), em caráter suplementar, prestar assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal, e também, para as escolas privadas de educação especial, registradas no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), mantida por entidades sem fins lucrativos, como beneficentes de assistência social.

Os recursos deste programa são transferidos de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse. similares de atendimento direto e gratuito ao público, independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênera.

O PDDE abrange várias ações e objetiva o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, assim como, a melhora da infraestrutura física e pedagógica das escolas, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica.

Este programa, até 2008, contemplava apenas as escolas públicas de ensino fundamental. A partir de 2009, com a edição da Medida Provisória nº 455, de 28 de janeiro de 2009 (transformada posteriormente na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009), foi ampliado para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil.

#### **2.4.4 Piso Nacional dos Profissionais do Magistério Público da Educação Básica (PSPN)**

Através da Lei Federal nº 11.738/2008, o Piso Salarial Nacional dos Profissionais do Magistério público da Educação Básica (PSPN) foi regulamentado com o intuito de promover a valorização do Magistério.

O piso inicial definido pela Lei foi de R\$ 950,00 para até 40 horas semanais, passou para R\$ 1.024,67, em 2010, já em 2011 foi o mesmo foi reajustado para R\$ 1.187,14. No ano de 2012, o valor passou a ser R\$ 1.451,00 (maior reajuste registrado 22,22%). O MEC reajustou em 8,32% e o valor base para o piso salarial nacional passou a ser R\$1.697,39, em 2014.

## **2.5 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

### **2.5.1 Monitoramento e Avaliação Externa**

#### **2.5.1.1 PISA**

O Programa Internacional para Avaliação de Alunos (PISA) é uma rede mundial de avaliação de desempenho escolar que desenvolve avaliação comparada entre estudantes de 15 anos de idade com o objetivo de obter informações sobre o desempenho e as condições de aprendizagem de alunos.

O PISA é coordenado internacionalmente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sendo no Brasil coordenado pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação. A Secretaria de Estado da Educação organiza a capacitação e a aplicação no âmbito estadual.

Os 34 países membros da OCDE e vários países convidados participam do PISA, que congregaram 65 países nos seus resultados, entretanto, este total congrega algumas economias que não podem ser consideradas países, como Hong Kong, Macau, Shangai e Taiwan. Vale ressaltar que, dentre os países sul-americanos, o Brasil é o único que participa do PISA desde sua criação, tendo sido iniciado a partir de 1998.

**Quadro 2.** Metas projetadas do PISA de 2015-2021 para o Brasil.

<b>PISA</b>	<b>2015</b>	<b>2018</b>	<b>2021</b>
Média para resultados em leitura, matemática e ciências.	438	455	473

Fonte: PNE, 2014.

As metas projetadas são calculadas a partir das médias dos resultados das avaliações em leitura, matemática e ciências, desta forma, o Plano Nacional de Educação, definiu estas metas para serem cumpridas no Brasil até o ano 2021, conforme apresenta o quadro 02.

A avaliação do PISA é realizada de 03 em 03 anos e abrange 03 áreas de conhecimento, sendo elas: Leitura, Matemática e Ciências.

O PISA, além de observar as competências dos estudantes nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências, também coleta informações para elaboração de indicadores contextuais, e estes, podem ser confrontados com o desempenho dos alunos a variáveis demográficas, socioeconômicas e educacionais. Todas estas informações são coletadas por meio de questionários específicos tanto para os estudantes quanto para as escolas.

O PISA é aplicado de forma amostral, segundo critérios definidos pela OCDE. Os alunos elegíveis para a avaliação são todos aqueles na faixa dos 15 anos de idade, faixa etária em que os estudantes completaram a escolaridade obrigatória na maioria dos países. Há um corte a partir dos alunos que estão cursando pelo menos o Grau 07 (7th grade), no Brasil isso corresponde aos alunos matriculados acima do 8º ano (7ª série) do ensino fundamental até o final do ensino médio, desta forma mantêm-se a comparabilidade com as edições anteriores nas quais sempre foram avaliados os dois últimos anos do ensino fundamental.

Esta avaliação também procura averiguar até que ponto as escolas de cada um dos países participantes estão preparando seus estudantes para a cidadania na sociedade contemporânea, objetivando assim, produzir indicadores que contribuam para a discussão da qualidade da educação nos países avaliados, contribuindo para refletir e melhorar as políticas no ensino básico.

Os resultados desse estudo podem ser utilizados pelos governos dos países envolvidos como instrumento de trabalho na definição e refinamento de políticas educativas, procurando tornar mais efetiva a formação dos jovens para a vida futura e para a participação ativa na sociedade.

**Quadro 3.** Comparativo dos resultados do PISA no Brasil de 2000 a 2012.

<b>Resultados/Ano</b>	<b>2000</b>	<b>2003</b>	<b>2006</b>	<b>2009</b>	<b>2012</b>
Número de alunos participantes	4.893	4.452	9.295	20.127	18.589
Leitura	396	403	393	412	410
Matemática	334	356	370	386	391
Ciências	375	390	390	405	405

Fonte: INEP/MEC.

O Brasil avaliou 4.893 alunos no Pisa no ano 2000; já em 2003, foram 4.452 alunos. No ano de 2006, a amostra brasileira avaliada foi ampliada para 9.295 alunos. Nos de 2000 e 2003, a amostra considerava como informação principal as regiões do país e, como secundárias, a localização da escola (rural ou urbana) e a dependência administrativa (pública ou privada).

Almejando uma maior representatividade do universo das escolas, em 2006, a amostra do Pisa no Brasil cobriu como estratos principais todas as unidades federativas; e teve como substratos a localização (rural ou urbana), a organização administrativa da escola (pública ou privada), além do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado (apenas para cidades com IDH acima ou abaixo da média Estadual).

Em 2009, a amostra compreendeu os mesmos estratos e substratos, mas abrangeu um número maior de escolas e de alunos em cada Estado, com o objetivo de produzir médias estatisticamente mais confiáveis para os Estados brasileiros no PISA. Foram 950 escolas e 20.127 alunos, no total.

Para o PISA de 2012, a amostra brasileira ficou muito próxima da amostra de 2009, sendo a novidade foi à aplicação de testes em meio eletrônico de Matemática, Leitura e Resolução de Problemas à uma subamostra de cerca de 4.000 alunos.

## **2.5.2 Monitoramento e Avaliação Interna**

### **2.5.2.1 INEP**

No Brasil, o órgão responsável por realizar o trabalho estatístico das informações da educação é o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), que conta com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), Edudata Brasil, Data Escola, Indicadores Educacionais e os Investimentos Públicos na Educação, além do Instituto

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), que produzem informações estatísticas também relacionadas à educação, dentre outras (SOUZA, 2011).

Dentre os diversos indicadores educacionais podemos destacar alguns que são produzidos e acompanhados pelo INEP, como o número de estabelecimentos, de professores, de matrículas, cálculo de taxas como a distorção idade-série, e também para os rendimentos de aprovação, reprovação e abandono escolar.

**Quadro 4.** Quantidade de estabelecimentos na Educação Básica Pública no Brasil em 2013.

Unidade da Federação	Localização / Dependência Administrativa				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
BRASIL	190.706	512	30.891	120.481	38.822
NORDESTE	72.242	157	7.013	54.815	10.257
PARAÍBA	5.704	15	788	4.029	908

Fonte: Criado pelo autor, adaptado de dados brutos do INEP/MEC.

No quadro 04, podemos observar que a grande maioria dos estabelecimentos educacionais está mais concentrada nos municípios, quando comparados às redes Estadual e Federal de ensino.

**Quadro 5.** Total de matrículas na Educação Básica Pública em diferentes níveis federativos em 2013.

Região Geográfica / Unidade da Federação	Total	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação Especial	
						Classes Especiais + Escolas Exclusivas	Classes Comuns
BRASIL	50.042.448	7.590.600	29.069.281	8.312.815	1.102.661	194.421	648.921
NORDESTE	14.968.836	2.151.038	8.827.838	2.311.260	144.946	19.027	180.173
PARAÍBA	1.044.010	138.458	605.454	139.383	7.642	774	14.505

Fonte: Criado pelo autor, adaptado de dados brutos do INEP/MEC.

As informações apresentadas no quadro 05 mostram uma maior concentração de matrículas de alunos no ensino fundamental, quando comparadas às etapas de educação infantil e ensino médio.

O ensino fundamental, conforme já citado anteriormente, é dividido em anos iniciais e anos finais, e possui um maior tempo de permanência que as demais etapas, sendo 09 anos, o que justificaria esta maior concentração de matrículas de alunos nesta etapa.

**Quadro 6.** Percentual médio dos rendimentos de Aprovação, Reprovação e Abandono Escolar no Ensino Fundamental e Médio em diferentes níveis federativos em 2013 no Brasil.

Abrangência	Total de Aprovações no Ensino Fundamental	Total de Aprovações no Ensino Médio	Total de Reprovações no Ensino Fundamental	Total de Reprovações no Ens. Médio	Total de abandonos no Ensino Fundamental	Total de Abandonos no Ensino Médio
BRASIL	89,3	80,1	8,5	11,8	2,2	8,1
NORDESTE	85,1	79,3	11,2	11	3,7	9,7
PARAÍBA	84,2	78,3	10,8	09	05	12,7

Fonte: Criado pelo autor, adaptado de dados brutos do INEP/MEC.

Ao analisar o quadro 06, merece desta que a média de aprovação nos ensinos fundamental e médio do Estado da Paraíba foi menor do que a média Nacional e da região Nordeste. Em relação às reprovações, na Paraíba foi menor no ensino médio, e no ensino fundamental foi menor apenas que o Nordeste. Quanto ao abandono, o percentual foi maior no Estado da Paraíba no ensino fundamental e médio, quando comparadas aos outros níveis federativos.

Estas informações são importantes para avaliar a qualidade do ensino, sobretudo, no Estado da Paraíba, que apresentou maior incidência de abandono, reprovação e menores índices de aprovação comparados à média nacional destes rendimentos.

**Quadro 7.** Média de alunos por turma na Educação Básica Pública em 2013 no Brasil.

Abrangência	Creche	Pré-Escola	Turmas Unificadas, Multietapa, Multi ou Correção de Fluxo	Total Fundamental 08 e 09 Anos	Total Médio	Médio Não-Seriado
BRASIL	14,9	17,9	15,7	23,3	31	29,1
NORDESTE	13,7	17,2	15,9	22,2	32,5	26,2
PARAÍBA	18,7	16,7	14,2	20,9	28,9	14

Fonte: Criado pelo autor, adaptado de dados brutos do INEP/MEC.

O Estado da Paraíba apresentou uma quantidade significativamente maior de alunos por turmas nas creches, no quadro 07, e bem maior no ensino médio a nível nacional, regional e estadual, o que evidencia a necessidade de ampliar o número de alguns estabelecimentos nesta modalidade.

**Quadro 8.** Razão da Distorção Idade-Série no Ensino Fundamental e Médio em 2013 no Brasil.

<b>Abrangência</b>	<b>Total Fundamental</b>	<b>Total Médio</b>
BRASIL	21	29,5
NORDESTE	28,9	39,4
PARAÍBA	29,5	35

Fonte: Criado pelo autor, adaptado de dados brutos do INEP/MEC.

No quadro 08, observamos uma taxa de distorção idade-série significativamente elevada no nível Estadual da Paraíba e da Região Nordeste, quando comparado à taxa nacional.

Analisar as informações deste quadro é de fundamental importância, sobretudo para os gestores dos sistemas educacionais, para que se possa refletir sobre as razões que proporcional tal discrepância em diferenças para a idade apropriada no ensino regular nestes níveis federativos.

**Quadro 9.** Quantidade de professores da Educação Básica Pública em 2013 no Brasil.

<b>Unidade Federativa</b>	<b>Educação Básica</b>	<b>Ed. Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio Total</b>	<b>Educação Profissional</b>	<b>Classes Especiais e Escolas Exclusivas</b>	<b>Classes Comuns</b>	<b>Educação de Jovens e Adultos</b>
BRASIL	2.148.023	474.591	1.409.991	509.403	73.904	29.827	912.936	254.479
NORDESTE	619.358	119.212	421.845	125.402	9.802	2.279	225.616	99.035
PARAÍBA	48.555	8.257	32.404	9.957	776	87	18.022	11.118

Fonte: Criado pelo autor, adaptado de dados brutos do INEP/MEC.

Também observamos no quadro 09 uma maior concentração de professores no ensino fundamental, tal como o número de matrículas, fatores estes que podem ser explicados pelos mesmos motivos já mencionados para justificar o número de matrículas elevado nesta etapa.

### 2.5.2.2 SAEB

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) tem como principal objetivo avaliar a Educação Básica brasileira e contribuir para a melhoria de sua qualidade e para a universalização do acesso à escola, oferecendo subsídios concretos para a formulação, reformulação e o monitoramento das políticas públicas voltadas para a Educação Básica.

Este sistema também procura oferecer dados e indicadores que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

O SAEB é composto por três avaliações externas em larga escala:

- Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB): abrangem, de maneira amostral, alunos das redes públicas e privadas do país, em áreas urbanas e rurais, matriculados na

4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do ensino fundamental e no 3º ano do ensino médio, tendo como principal objetivo avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação brasileira. Apresenta os resultados do país como um todo, das regiões geográficas e das unidades da federação;

- Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC) também denominada "Prova Brasil": trata-se de uma avaliação censitária envolvendo os alunos da 4ª série/5º ano e 8ª série/9º ano do ensino fundamental das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo;
- A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): avaliação censitária envolvendo os alunos do 3º ano do ensino fundamental das escolas públicas, tendo como objetivo principal de avaliar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa, Alfabetização e Matemática, bem como, as condições de oferta do Ciclo de Alfabetização das redes públicas.

**Quadro 10.** Resultados do SAEB em 2011 no Brasil.

Séries	Número de Participantes	Média de Língua Portuguesa	Média de Matemática
4ª série/5º ano Ensino Fundamental	2.315.595	190,58	209,63
8ª série/9º ano Ensino Fundamental	2.030.661	243	250,64
3ª série Ensino Médio	68.969	267,63	273,86

Fonte: MEC/INEP.

### 2.5.2.3 IDEB

Criado em 2007 pelo INEP, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), agrega as médias de desempenho nas avaliações (língua portuguesa e matemática) e as médias do fluxo escolar (aprovação) em um só indicador através do Sistema de Avaliação da Educação Básica e a Prova Brasil.

Seu cálculo é feito por escola, com base no desempenho dos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e na taxa de rendimento escolar (índices de aprovação obtidos pelo Censo Escolar), sendo possível fixar metas de desenvolvimento educacional que possibilitam a visualização e acompanhamento da reforma qualitativa dos sistemas educacionais.

**Quadro 11.** Projeção de metas para o IDEB de 2015-2021 no Brasil.

ETAPA\ANO	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais - Ensino Fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais - Ensino Fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino Médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Fonte: PNE, 2014.

O estabelecimento de metas para os anos futuros são fundamentais para se atingir um avanço e desenvolvimento social através da universalização e acesso a Educação, garantindo um foco para o padrão de qualidade.

**Quadro 12.** Resultados do IDEB para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Brasil de 2005 a 2013.

	IDEB Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	3.9	4.2	4.6	4.9	6.0
Dependência Administrativa										
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	3.6	4.0	4.4	4.7	5.8
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	4.0	4.3	4.7	5.0	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	3.5	3.8	4.2	4.5	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.0	6.3	6.6	6.8	7.5

Fonte: SAEB/INEP/MEC.

Ao analisarmos o quadro 12, observa-se que a rede privada não alcançou as metas projetadas para o IDEB em 2011 e 2013 para os anos iniciais do ensino fundamental. A rede pública atingiu todas as metas projetadas pelo IDEB de 2007 a 2013.

**Quadro 13.** Resultados do IDEB para os Anos Finais do Ensino Fundamental no Brasil de 2005 a 2013.

	IDEB Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	3.5	3.7	3.9	4.4	5.5
Dependência Administrativa										
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	3.3	3.4	3.7	4.1	5.2
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	3.3	3.5	3.8	4.2	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	3.1	3.3	3.5	3.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	5.8	6.0	6.2	6.5	7.3

Fonte: SAEB/INEP/MEC.

Quando à análise do quadro 13, merece destaque a informação de que a rede privada não alcançou as metas projetadas pelo IDEB de 2009 a 2013 para os anos finais do ensino fundamental. Enquanto a rede pública não atingiu a meta apenas em 2013.

**Quadro 14.** Resultados do IDEB para Ensino Médio no Brasil de 2005 a 2013.

	IDEB Observado					Metas Projetadas				
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	5.2
Dependência Administrativa										
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.4	3.6	4.9
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.1	3.2	3.3	3.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.6	5.7	5.8	6.0	7.0

Fonte: SAEB/INEP/MEC.

Também se observa no quadro 14 que a rede privada não alcançou as metas do IDEB para o ensino médio nos anos de 2009 a 2013. Este acompanhamento é de fundamental importância para se refletir e avaliar a qualidade da prestação de serviços educacionais nestes estabelecimentos de ensino privado. Já a rede pública alcançou todas as metas projetadas de 2007 a 2013.

#### 2.5.2.4 Provinha Brasil

A Avaliação da Alfabetização Infantil (Provinha Brasil) é uma avaliação diagnóstica que tem como objetivo investigar o desenvolvimento das habilidades relativas à alfabetização e ao letramento em Língua Portuguesa e Matemática, desenvolvidas pelas crianças matriculadas no 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras.

A responsabilidade pela elaboração e distribuição é do INEP, para todas as secretarias de educação municipais, estaduais e do Distrito Federal. Esta avaliação é aplicada duas vezes ao ano (no início e no final), e é dirigida aos alunos que passaram por, pelo menos, um ano escolar dedicado ao processo de alfabetização. A aplicação desta prova em períodos distintos possibilita a realização de um diagnóstico mais preciso que permite conhecer o que foi agregado na aprendizagem das crianças, em termos de habilidades de leitura e de matemática.

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa foi instituído pela Portaria nº 867, de 04 de julho de 2012, com o intuito de assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, conforme uma das metas previstas pelo Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, que utiliza a Provinha Brasil como meio de aferir os resultados.

Todos os anos os alunos da rede pública de ensino, matriculados no 2º ano do ensino fundamental, podem participar do ciclo de avaliação da Provinha Brasil. Contudo, vale ressaltar que a adesão a essa avaliação é opcional, e a aplicação fica a critério de cada secretaria de educação das unidades federadas.

Os resultados desta avaliação estão disponíveis apenas para a consulta dos gestores escolares, através de login dos usuários cadastrados no INEP/MEC.

#### 2.5.2.5 Prova Brasil

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) objetivam avaliar a qualidade do ensino ofertado no sistema educacional brasileiro, onde são realizados testes padronizados e questionários socioeconômicos, que são desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

As médias de desempenho nessas avaliações dão suporte para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), ao lado das taxas de aprovação nessas esferas. Além de contribuir para a promoção de ações voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação no país e a redução das desigualdades existentes, promovendo a correção de distorções e debilidades identificadas e direcionando seus recursos técnicos e financeiros para áreas identificadas como prioritárias.

Esta prova é aplicada em alunos do 5º e 9º anos do ensino fundamental e do 3º ano do ensino fundamental de escolas públicas urbanas e rurais que tenham pelo menos 20 alunos por série. A disciplina de ciências é cobrada apenas dos alunos do 9º ano do ensino fundamental e do 3º ano do ensino médio. Para o 5º ano do fundamental, a avaliação é cobrada apenas as disciplinas de matemática e português.

Os alunos também são selecionados, por amostragem, para responder um questionário socioeconômico, que coletam informações sobre fatores de contexto social que podem estar associados ao desempenho escolar.

**Quadro 15.** Resultados da Prova Brasil por níveis federativos na rede pública em 2011.

Dependência Administrativa Localização	Anos iniciais do Ensino Fundamental		Anos finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática	Língua Portuguesa	Matemática
Brasil	185,7	204,6	236,9	243,2	260,6	264,6
Nordeste	168,3	184,4	222,8	228,4	247,2	248,1
Estadual	170,6	187,5	222,7	228,6	247,9	247
Municipal	165,7	180,3	219,1	226,8	*	*

\* valores não existentes.

Fonte: INEP/MEC.

### 2.5.2.6 Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tem como objetivo avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica.

Este exame é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos, que é um Programa do Governo Federal que concede bolsas de estudo integrais ou parciais em instituições privadas de ensino, além de oferecer cotas para alunos de escolas públicas e de cor negra para instituições públicas.

Aproximadamente 500 universidades em todo o país já usam o resultado do ENEM como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

**Quadro 16.** Médias de desempenho no ENEM em diferentes níveis em 2013.

Área do conhecimento	Média federal	Média estadual	Média municipal	Média das escolas privadas	215.530 melhores estudantes da rede pública
Linguagens e códigos	545,08	480,71	513,23	544,52	593,74
Matemática	625,24	491,18	546,73	615,07	541,16
Ciências humanas	590	506,94	539,47	583,94	522,58
Ciências da natureza	547,76	457,94	487,79	541,28	576,76
Redação	613,07	491,41	533,48	602,16	616,6

Fonte: MEC/INEP.

O quadro 16 apresenta as médias de desempenho nacional do ENEM em 2013, observa-se que os desempenhos da área de conhecimento das ciências da natureza nos níveis Estadual e Municipal apresentaram os menores desempenhos.

**Quadro 17.** Notas máximas e mínimas no ENEM de 2013 no Brasil.

<b>Área de conhecimento</b>	<b>Nota Máxima</b>	<b>Nota Mínima</b>
Matemática e suas Tecnologias	971,5	322,4
Ciências da Natureza	901,3	311,5
Ciências Humanas	888,7	299,5
Linguagens e Códigos	813,3	261,3

Fonte: INEP/MEC.

Em contrapartida ao quadro anterior, quando ao baixo desempenho da área de conhecimento de Ciências da Natureza, o quadro 17 apresenta esta área entre as maiores notas em nível nacional no Brasil no ano de 2013. Esta informação possibilita refletir e analisar sobre o aprendizado, domínio dos conteúdos e ensino, oferecendo um norte para busca de novas metodologias e estratégias pedagógicas que favoreçam a superação deste baixo desempenho nos níveis federativos observados no quadro 16.

### **3. PERCURSOS DA PESQUISA**

Conforme já dito anteriormente, esta dissertação investigou a possibilidade de que a partir da Constituição Federal de 1988 deu-se início a uma evolução política e organizacional da educação básica pública e que houve maiores avanços em meados da década a partir de 2000.

Esse pressuposto pode ter dado oportunidade para surgimento do arcabouço de diretrizes para organização, financiamento e funcionamento do sistema educacional, além da definição de políticas e programas públicos para a implementação do atual modelo educacional no Brasil, que desencadeou a necessidade do monitoramento e avaliação deste sistema.

### **3.1 PROBLEMA DE PARTIDA**

A investigação foi realizada em torno do seguinte problema de partida: *Houve evolução política e organizacional da Educação Básica Pública no Brasil para atender as demandas da sociedade contemporânea a partir da Constituição Federal de 1988?*

Esta questão foi norteadora e instigou a realização deste estudo de investigação.

### **3.2 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS**

Através desta questão, foi definido o objeto deste estudo que foi analisar a evolução política e organizacional da educação básica no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 até o ano de 2014, com o objetivo de identificar os avanços políticos e organizacionais da educação básica pública no Brasil no período questionado.

Baseado nesta ótica foi possível traçar os objetivos específicos para esta investigação da educação básica pública no Brasil no período selecionado, em que se buscou:

- 1 – Analisar o histórico do arcabouço legal;
- 2 – Delinear a estrutura e funcionamento da educação básica;
- 3 – Analisar o perfil da educação básica através dos instrumentos de monitoramento e avaliação.

### **3.3 MÉTODO EMPREGADO**

Pela natureza do problema desta investigação, o presente estudo está enquadrado dentro das ciências sociais, estando caracterizado pelo método qualitativo através de uma pesquisa descritiva.

Segundo Carmo (1998, p. 177), “o método qualitativo é fundamentado na realidade, orientado para a descoberta, exploratório, expansionista, descritivo e indutivo.”

A descrição deve ser rigorosa e resultar diretamente dos dados recolhidos. Os dados incluem transcrições de revistas, registros de observações, documentos escritos (pessoais e oficiais), fotografias e gravações em vídeo. Os investigadores analisam as notas tomadas em trabalho de campo, os dados recolhidos, respeitando, tanto quanto possível, a forma segundo o qual foram registrados ou transcritos. (CARMO, 1998, p. 180)

De acordo com Malhotra (2001) e Michel (2009), para este tipo de pesquisa, “o método é considerado adequado, quando se analisam, particularmente, problemas complexos e ou quando existe pouca ou nenhuma informação prévia sobre o problema em questão”.

A investigação descritiva compreende, (...): definição do problema, revisão de literatura, formulação de hipótese ou das questões de investigação, definição da população-alvo e escolha da técnica de recolha dos dados, determinação da amostra, seleção da técnica de amostragem adequada e seleção ou desenvolvimento de um instrumento de recolha. (CARMO, 1998, p. 213)

Para iniciar esta investigação, buscou-se um levantamento bibliográfico e documental sobre o tema, com o propósito de identificar informações e subsídios para definição dos objetivos de investigação em torno do problema de partida, bem como, a definição dos tópicos do referencial teórico e todo o seu aprofundamento exploratório e descritivo,

Também foram realizadas análises dos instrumentos de monitoramento e avaliação para configurar o perfil da ações e resultados do sistema educacional na educação básica para fornecer os subsídios necessários à análise e resultados.

### **3.4 PROCEDIMENTOS REALIZADOS**

Para os procedimentos, de acordo com Vergara (2000, p. 48), o estudo é caracterizado como pesquisa bibliográfica e documental, pois consiste em um estudo sistematizado fundamentado em material publicado em livros, revistas, periódicos, entre outros e também pela realização de levantamento de informações documentais, que fazem parte dos instrumentos legais, publicações técnica e dados estatísticos sobre a educação.

O universo de pesquisa é definido por Vergara (2000, p. 50) como : “um conjunto de elementos (empresas, produtos, pessoas, por exemplo) que possuem as características que serão objetos de estudo”. Sendo assim, o universo deste estudo foi Sistema Educacional Básico Público Brasileiro.

Em relação à amostra, este trabalho teve como foco a Educação Básica Pública no Brasil. Vergara (2000, p. 50) define que a “amostra é uma parte do universo (população) escolhida segundo algum critério de representatividade”.

As várias etapas da análise de conteúdo foram seguidamente caracterizadas: definição dos objetivos, e do quadro do referencial teórico, constituição do corpus, definição das categorias, definição das unidades de análise, quantificação e interpretação dos resultados obtidos. (CARMO, 1998, p. 259)

Quanto à análise de conteúdo da pesquisa bibliográfica e documental, orientado por Bardin (1977), realizou-se uma pré-análise para de escolha dos materiais para o estudo e foram selecionados os temas e agrupados por tópicos relacionados aos objetivos da pesquisa e posteriormente abordados registrando-os de forma descritiva para subsidiar a interpretação e as análises realizadas para a produção dos resultado. (APÊNDICE 01)

## **4. ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Ao analisar a política e organização do Sistema de Educação Básica Pública no Brasil, desde seus arcabouços legais, sua evolução estrutural e de suas políticas públicas, até a utilização dos instrumentos e ferramentas de monitoramento e avaliação das práticas de gestão, foi possível destacar alguns pontos primordiais que sinalizaram avanços e melhorias em busca da excelência e qualificação dos serviços educacionais básicos no país.

A Constituição Federal de 1988 foi o marco legal e referencial no país para todas suas políticas sociais no Brasil, entre elas, a educação. E foi a partir desse instrumento legal que norteou a formulação de outro marco legal, a LDBEN, que assegurou a regulamentação, o funcionamento e a estrutura do Sistema Educacional.

As formulações de políticas públicas tiveram fundamental importância, e foram bastante impulsionadas através dos Planos de Desenvolvimento da Educação e do Plano Nacional de Educação, sobretudo, com a definição de metas e de uma agenda positiva para desenvolver o campo educacional. Este período refere os anos de 2006 e 2007, os quais se registram o surgimento de vários instrumentos legais como Decretos, Leis, a criação de plano e programas de governo, entre outros.

A organização do Sistema Educacional Básico, nas suas etapas e modalidades, possibilitou promover uma educação por níveis ascendentes, e assim, um melhor direcionamento de políticas públicas e atuações pedagógicas específicas para cada uma destas. Cabe destacar o papel dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a definição de responsabilidades de conteúdos e práticas pedagógicas para cada uma destas etapas.

Uma política pública que merece destaque neste contexto para impulsionar o aprendizado foi o Programa Mais Educação, que trouxe conteúdos transversais através de macro campos que abrange o cotidiano social e potencializa a formação cidadã, também possibilitando maiores vínculos escolares, na formação do ensino integral.

A criação de um financiamento específico para a educação básica, o FUNDEB, foi um divisor de águas para promover os avanços necessários ao desenvolvimento das ações e da execução das políticas educacionais.

No que diz respeito ao financiamento, também foram importantes à criação do Programa PDDE, para prover as escolas de autonomia financeira para planejar e suprir suas necessidades na gestão local, bem como, a criação do piso salarial nacional dos professores do magistério da educação básica.

A valorização do magistério, a inovação das práticas na gestão escolar, da organização do modelo de gestão e a implantação de diversos programas de governo auxiliam na solucionar

problemas pontuais e comuns do sistema educacional e contribuíram para melhorar o seu desempenho.

A oferta de suporte para as famílias através de ações intersetoriais e integrais, por meio das políticas públicas e o acesso aos programas sociais, como o Bolsa Atleta, PSE, PETI, PNATE, além do programa Bolsa Família que promove a transferência de renda às famílias, propiciam uma melhoria no estímulo à frequência e desempenho escolar.

O INEP é um excelente instituto de pesquisas à disposição do Ministério da Educação, exercendo papel fundamental no monitoramento e avaliação do Sistema Educacional Brasileiro. Além deste, o Brasil conta com o IPEA e o IBGE, que também realizam pesquisas no campo educacional.

O Brasil faz parte dos países participantes da avaliação externa internacional realizada a cada três anos através do PISA, que é coordenado internacionalmente pela OCDE e tem como parceiro o INEP no Brasil. Nas avaliações, o Brasil tem alcançado as metas do PISA definidas pela OCDE para as médias dos resultados de avaliações em leitura, matemática e ciências.

Em relação ao monitoramento interno, além do Censo Escolar, que monitora o número de estabelecimentos, de matrículas, de professores e os rendimentos escolares, o país conta com o SAEB, que executa avaliações de proficiências em diferentes níveis de escolaridade e o IDEB agrega alguns indicadores como o fluxo escolar de aprovação e as médias de desempenho nas avaliações de língua portuguesa e matemática.

Em relação ao número de estabelecimentos educacionais foi observado que a maior concentração está nos municípios, quanto às matrículas, a maior concentração está no ensino fundamental e pode ser justificadas pelo tempo maior de permanência durante os nove anos desta etapa. O acompanhamento dos rendimentos propicia o monitoramento da qualidade através do número de aprovações, reprovações e abandono escolar.

Através da análise das informações produzidas pelo INEP e descritas neste estudo, constatou-se maiores médias de alunos por turma em creches no Estado da Paraíba e no ensino médio nos níveis federal, regional e estadual, o que evidencia a necessidade de ampliar o número de estabelecimentos para estas etapas. Também foi observado uma maior distorção idade-série no ensino médio nestes níveis federativos.

O acompanhamento dos resultados do IDEB e suas projeções de metas para avaliar as ações do PNE, garante o suporte para o gestor público na tomada de decisões e a avaliação da execução das políticas públicas. Esta ferramenta é essencial para promover avanços em prol da melhoria da qualidade dos serviços na educação básica.

As reflexões e análises das informações geradas pelos sistemas de avaliação, como também, a melhoria no planejamento das ações e dos processos de gestão, com a democratização com participação social na formulação das estratégias e fiscalização na execução das políticas educacionais, potencializam os resultados do desempenho do sistema educacional e local do espaço escolar.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Após a análise dos resultados, foi possível constatar que houve uma evolução política e organizacional da educação básica pública no Brasil.

Através da análise histórica do arcabouço legal, constatou-se que esta evolução foi mais evidenciada entre os anos 2006 e 2007, e o grande impulsionador foi o Plano de Desenvolvimento da Educação, que trouxe um plano de metas e ações a serem desenvolvidas que aceleraram o surgimento de novas estratégias e programas de governo que possibilitaram dar respostas a problemas e dificuldades existentes no sistema educacional.

Sobre a estrutura e funcionamento da educação básica, vários programas de governo e estratégias de gestão que surgiram no período estatuto e merece destaque a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, que garantiu o financiamento específico para a rede básica de educação pública, além da criação do Programa Mais Educação que favoreceu ampliar a disponibilidade de conteúdos extracurriculares que contribuem para uma melhor formação cidadã e a ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, através da educação integral. Estas evoluções também foram bastante evidenciadas nos anos de 2010 e 2011, período em que foram criados novos programas de governo na educação básica.

Com relação aos instrumentos de monitoramento e avaliação, o a criação do IDEB pelo INEP, constitui uma grande ferramenta à disposição do Ministério da Educação e gestores de toda a rede do sistema educacional para contribuir com a evolução de melhores desempenhos, que mescla em um só indicador, as taxas de rendimento de fluxo escolar através das aprovações e de avaliações de desempenho em língua portuguesa e matemática.

Este índice possui grande importância para os avanços na garantia da qualidade, haja vista, que também está vinculado ao Plano Nacional de Educação através do cumprimento das metas projetadas.

Não se pode deixar de considerar a importância da constante busca por um modelo gerencial com práticas administrativas inovadoras através do uso de tecnologias de informação e produção de conhecimento, objetivando a qualificação dos serviços.

Os investimentos monetários e incentivos salariais, em ações pedagógicas, na melhoria das práticas de gestão, na utilização do monitoramento e avaliação com definição e acompanhamento de diretrizes e metas, foram elementos essenciais que também contribuíram para perceber que houve avanços e melhorias na busca pela qualidade na gestão pública, necessário para atender as novas demandas sociais e os desafios a elas atrelados.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Brasília, 2013. 41p.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações gerais**. MEC, Brasília, 2004. 27p.
- BRASIL, Emenda Constitucional. **Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009**. Obrigatoriedade do ensino de quatro aos dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da Educação Básica. Congresso Nacional, Brasília, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. **O PNE 2011-2020: Metas e Estratégias**. MEC, Brasília, 2011. Disponível em: <<http://migre.me/6jCDP>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2014.
- BRASIL, Lei Federal. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional de 1996. Secretaria de Educação Fundamental. MEC/SEF, Brasília, 1997. 126p.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, Portugal, 1977.
- BRANCO, Maria da Graça Fernandes. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. Material didático de Educação à Distância. UNISA Digital. São Paulo-SP, 2014. 75p.
- CARMO, Hermano. Metodologia da Investigação: Guia para a auto-aprendizagem. Universidade Aberta. Lisboa, 1998. 553p.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **A Educação Básica no Brasil**. Educ. Soc., Vol. 23, nº 80, p.168-200, Setembro, 2002.
- DA COSTA, Índio, BARRETO, Paulo Daniel. **Administração Pública no século XXI: foco no cidadão**. Qualitymark, Rio de Janeiro, 2008.
- DOMINGUES, José Juiz, TOSCHI, Nirza Seabra, OLIVEIRA, João Ferreira de. **A reforma do Ensino Médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública**. Educação e Sociedade, Vol. 21, nº 70, Campinas, Abril, 2000.
- ESTADÃO, Portal de Notícias. **A Educação no Censo de 2010**. Disponível em: <<http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-educacao-no-censo-de-2010-imp-800622>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2014.
- FOLTRAN, Elenice Parise. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. Elenice Parise Foltran e Dierone César Foltran Júnior. Ed. UEPG, Ponta Grossa, 2009. 153p.
- GADOTTI, Moacir. Perspectivas atuais da educação. Revista São Paulo em Perspectiva, nº 14, Vol. 02, São Paulo, 2000.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, 2006**. IBGE, Brasília, 2006.
- IPEA. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**. IPEA, Brasília, 2007.
- JANUZZI, Paulo de Martio. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil**. Revista do Serviço Público. ENAP, nº 52, 137-160, Abril/Junho, Brasília, 2005.
- LERNER, J. **Learning disabilities: theories, diagnosis and teaching strategies**. Houghton Mifflin Comp., Boston, 1989.

- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e Organização**. Cortez, São Paulo, 2005.
- MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. 3ª Ed., Bookman, Porto Alegre, 2001.
- MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. 2ª Ed., Atlas, São Paulo, 2009.
- POCHMANN, Marcio. **Desafios do Desenvolvimento Brasileiro**. Educ. Soc., Vol. 34, nº 124, p. 705-722, jul.-set, Campinas, 2013.
- SAVIANI, D. **O Legado educacional do “Longo Século XX” Brasileiro**. O Legado Educacional do Século XX no Brasil. SP: Autores Associados, Campinas, 2004. p. 9-58.
- SOUZA, Francicleber Medeiros. **Desafios das políticas públicas educacionais no Brasil: Em busca de avanços para o desenvolvimento**. Monografia da Especialização em Gestão Pública Municipal. UFPB Virtual, João Pessoa, 2011. 25p.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 3ª Ed. Atlas, São Paulo, 2000.
- VIEIRA, Sofia Lerche. **Gestão, avaliação e sucesso escolar: recortes da trajetória cearense**. Estudos avançados. Vol. 21, nº 60. São Paulo, maio/agosto de 2007. Disponível em <<http://www.scielo.com.br>>. Acesso em: 04 de junho de 2014.

# APÊNDICE

**APÊNDICE 01** – Procedimento de análise de conteúdo.

## APÊNDICE 01

Quadro 18. Procedimentos de análise de conteúdo.

<p style="text-align: center;"><b>Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto</b></p> <p style="text-align: center;"><b>Seção I - Da Educação</b></p> <p><b>Art. 205.</b> <u>A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.</u></p> <p><b>Art. 206.</b> O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;</li><li>II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;</li><li>III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;</li><li>IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;</li><li>V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;</li><li>VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;</li><li>VII - garantia de padrão de qualidade;</li><li>VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.</li></ul> <p>Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.</p> <p><b>Art. 207.</b> As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.</p> <p>§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei.</p> <p>§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.</p> <p><b>Art. 208.</b> O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:</p> <p style="text-align: right;">42</p>	<p>A análise de conteúdo foi realizada após a pré-análise e escolha do material através de pesquisa bibliográfica e documental, e a definição dos tópicos para a coleta e recorte das informações interessadas para o registro de forma descritiva e posterior interpretação das informações e a produção dos resultados.</p> <p>(BARDIN, 1977)</p>
--	---

Fonte: Criado pelo autor, adaptado de BRASIL (2013), BARDIN (1977).

# ANEXO

**ANEXO 01 -** Competências da a União, Estados, Municípios, Professores, Escolas e Pais  
definidas pela LDBEN.

## ANEXO 01

**Quadro 19.** Competências para a União, Estados, Municípios, Professores, Escolas e Pais definidas pela LDBEN.

<p>União</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar a Política Nacional de Educação;</li> <li>• Exercer função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais;</li> <li>• Elaborar Plano Nacional de Educação;</li> <li>• Organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e dos territórios;</li> <li>• Elaborar as diretrizes curriculares para a educação básica;</li> <li>• Coletar, analisar e disseminar informação sobre a educação;</li> <li>• Avaliar a educação nacional em todos os níveis;</li> <li>• Normatizar os cursos de graduação e pós-graduação;</li> <li>• Avaliar as instituições de ensino superior;</li> <li>• Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos de ensino.</li> </ul>
<p>Estados</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar, manter e desenvolver órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;</li> <li>• Definir, com os municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental;</li> <li>• Em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, elaborar e executar políticas e planos educacionais;</li> <li>• Reconhecer, autorizar, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;</li> <li>• Baixar normas suplementares para o seu sistema de ensino;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.</li> </ul>
Municípios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manter, organizar, e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;</li> <li>• Exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;</li> <li>• Baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;</li> <li>• Autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;</li> <li>• Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental.</li> </ul>
Professores	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;</li> <li>• Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;</li> <li>• Zelar pela aprendizagem dos alunos;</li> <li>• Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;</li> <li>• Ministras os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;</li> <li>• Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.</li> </ul>
Estabelecimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaborar e executar sua proposta pedagógica;</li> <li>• Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;</li> <li>• Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;</li> <li>• Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;</li> <li>• Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;</li><li>• Informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.</li></ul>
Pais	<ul style="list-style-type: none"><li>• É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 04 anos de idade.</li></ul>

Fonte: Criado pelo autor e adaptado da LDBEN, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.